



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: SONAIRA FERNANDES

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 10 de novembro de 2025

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – Boa noite a todas e a todos. Em respeito a todos que estão aqui desde às 18h, vamos começar. Provavelmente algumas pessoas vão chegar ao longo da noite. Quero agradecer a presença de todas e todos, dando início aos nossos trabalhos.

Na qualidade de membro e Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, declaro abertos os trabalhos da 12ª Audiência Pública de 2025, convocada para hoje, 10 de novembro de 2025, com o tema Poluição Sonora em Debate, nos termos do Requerimento da Educação 13/2025, de minha autoria.

Informo que esta reunião está sendo transmitida no *site* e no canal do YouTube da Câmara Municipal de São Paulo. As inscrições para participação por videoconferência na audiência pública puderam ser efetuadas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde 23 de setembro, e estão abertas, a partir de agora, para participação presencial, na secretaria da Comissão. Cada inscrito terá até três minutos para se manifestar. Peço a todos os membros e participantes que desliguem o microfone quando não estiverem fazendo uso da palavra.

Foram convidados para essa audiência: Dr. Luiz Carlos Zamarco, Secretário Municipal de Saúde, representado pela Dra. Sandra Maria Vieira Tristão de Almeida, Assessoria Técnica da Coordenadoria de Atenção Básica, e pelo Dr. André Castilho, Assessoria Técnica da Saúde do Trabalhador da Coordenadoria de Vigilância em Saúde – Covisa; Sra. Elisabete França, Secretária Municipal de Urbanismo e Licenciamento, representada pela Sra. Julia Maia Jereissati, Secretária-Adjunta; Sr. Orlando Morando Junior, Secretário Municipal de Segurança Urbana, representado pelo Sr. Coronel Aparecido Chaves, assessor especial; Sr. Fabricio Cobra Arbex, Secretário Municipal das Subprefeituras, que me disse hoje pela manhã que mandaria um representante, mas ainda não o vejo aqui, espero que chegue; Sr. Waldir de Arruda Miranda Carneiro, membro fundador da MDDI – Mesa de Debates de Direito Imobiliário, presença confirmada; Sr. Marcos César de Barros Holtz, Presidente Executivo da ProAcústica – Associação Brasileira para a Qualidade Acústica, presença também confirmada; Sra. Ana Claudia Fiorini, fonoaudióloga, Doutora em Saúde Pública pela USP, com presença confirmada;

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 2 DE 68

Sr. Marcelo Sando, da Frente Cidadã pela Despoluição Sonora; Sr. José Antônio Totó Parente, Secretário Municipal de Cultura e Economia Criativa, representado pelo Sr. Caio Mesquita; Sr. Rodrigo Kenji de Souza Ashiushi, Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente, que também disse que mandaria um representante, mas não o vejo por ora.

Já há oradores inscritos pelo *site*, que chamaremos no decorrer desta audiência. Gostaria de pedir a cada pessoa que fique atenta aos três minutos, para que todos possam se colocar e ter sua voz ouvida na audiência pública. Aqui são as inscrições para quem está fisicamente conosco e quiser fazer uso da palavra.

Enquanto estão se inscrevendo, vou começar minha fala para, depois, passar para os que compõem a Mesa.

Mais uma vez, boa noite a todas e a todos. Quero começar agradecendo a presença de cada um que se dispôs a participar deste debate, representantes da sociedade civil, das secretarias municipais, do PSIU, especialistas em saúde pública, acadêmicos e cidadãos que vivem no dia a dia os efeitos da poluição sonora em nossa cidade. Eu costumo dizer que, quando a sociedade civil dá as mãos com o poder público, conseguimos ter resultados positivos. Ainda que possa ser frustrante e demorado, algumas vezes, considero de suma importância a participação da sociedade civil nesta audiência pública.

Se São Paulo fosse uma pessoa, provavelmente estaria há anos sem dormir. Nossa Capital enfrenta um aumento contínuo das reclamações registradas no PSIU, da Prefeitura. Somente em 2024, foram em média 118 denúncias de poluição sonora por dia, um crescimento de 40% em uma década. Além disso, cerca de 81,5% das chamadas de emergência pelo aplicativo 190 estão relacionadas à perturbação de sossego. Fiz uma visita ao Copom e, justamente, as pessoas falavam sobre a quantidade de chamados que elas recebem por causa de incomodidade.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, a poluição sonora é o segundo maior risco ambiental à saúde humana, atrás apenas da poluição do ar, para sabermos quão grave é a questão discutiremos nesta noite. No trânsito, o barulho de motores, buzinas e escapamentos

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 3 DE 68

adulterados são as principais fontes de incômodo urbano. O Carnaval, por sua vez, precisa ser planejado com responsabilidade, prevendo zonas de mitigação sonora e campanhas educativas. É importante incentivar a adequação acústica de bares e restaurantes, além de criar canais ágeis de mediação entre vizinhos e comerciantes, evitando que o ruído se transforme em conflito social. Como integrante da CPI dos Pancadões posso afirmar que esta também é uma pauta complexa e que exige, entre o direito ao lazer e o direito ao sossego, uma ponte que tem de ser cruzada.

Desde o início de meu primeiro ano de mandato até agora, já atendemos em meu gabinete cerca de 1.500 denúncias e pedidos relacionados à incomodidade urbana; só em meu gabinete, 1.500 pedidos e denúncias de incomodidade. Nesse sentido, protocolei alguns projetos que considero muito importantes. Tenho o projeto 350/2025, que está tramitando, que prevê a instalação de radares de ruídos capazes de medir o som em tempo real e permitir uma fiscalização mais inteligente e preventiva, assim como já ocorre com os radares de velocidade. O PL 773/2023 prevê a ampliação e modernização do PSIU, com medidas mais restritivas e multas mais rigorosas, com a ajuda da Guarda Civil Metropolitana.

Esses projetos nasceram de muito diálogo com especialistas, moradores e com nossa equipe técnica. Eu quero destacar o trabalho de meu chefe de gabinete, o Gerson, que está aí atrás – venha para cá –, que lidera o acompanhamento das demandas de nosso mandato e coordena o diálogo com a população e com órgãos da Prefeitura, garantindo que cada proposta seja construída com base em evidências e nas reais necessidades da cidade.

Desde que fui eleita para meu mandato, digo que não faço projetos de leis porque acho alguma coisa. Eu não estou aqui para achar nada, eu tenho de fazer projetos de leis baseados em evidências. Acho que com os números e com o que vamos ouvir hoje à noite aqui, temos suficientes evidências de que o barulho na cidade é um problema importante para ser discutido no nível das políticas públicas. Hoje, com a Frente Cidadã Pela Despoluição Sonora, convoquei esta audiência pública com um objetivo muito claro: ouvir a população e, juntos, buscarmos soluções reais para esse problema.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 4 DE 68

Quero pedir a todos os presentes que mantenham um diálogo respeitoso e que as falas sejam breves, para garantir a participação de todos que desejam se pronunciar. Quero também que vocês todos contem comigo e com minha equipe do gabinete, que está sempre de portas abertas para dialogar e construir soluções conjuntas pela organização sonora de que São Paulo precisa.

Muito obrigada, e que tenhamos todos uma audiência pública produtiva. (Palmas)

Minha assessora está aqui insistindo. Ela vai estar com um cartaz dizendo quando falta um minuto, para que todos saibam.

Então vou passar a palavra para o Sr. André Castilho, representante da Secretaria da Saúde, se apresentar e ter seus três minutos para falar.

O SR. ANDRÉ CASTILHO – Boa noite a todos. Eu sou André Castilho, estou representando o Dr. Luiz Carlos Zamarco, da Secretaria da Saúde. O setor em que trabalho é a Divisão de Saúde do Trabalhador. Espero colaborar com as dúvidas de vocês e qualquer coisa relacionada a esse assunto e ao assunto de poluição sonora. Sou biólogo de formação, nunca trabalhei ativamente na poluição sonora, mas sou um militante da poluição do ar, inclusive da poluição do ar interno.

Se a Vereadora quiser saber sobre o assunto, o Dr. Eliseu Gabriel já acessou a gente para falar da Abrava e do PNQAI – Plano Nacional de Qualidade do Ar Interno.

Mas vamos voltar à questão da poluição sonora.

A Secretaria da Saúde reconhece a poluição sonora como um problema de saúde pública, com agravamento de questões até de pressão arterial, arritmia, depressão e outros distúrbios do sono que a cidade passa.

Hoje, a Secretaria da Saúde e a Coordenadoria de Vigilância em Saúde não têm nenhum programa voltado à questão da poluição sonora. Nós temos a Vigiar, a Vigiagua e a Vigisolo, mas a poluição sonora não está contemplada na divisão de vigilância em saúde ambiental da Covisa, a Coordenadoria de Vigilância em Saúde do Município.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 5 DE 68

Posso dizer a vocês que posso levar a ideia ao Dr. Zamarco, posso levar a ideia à Covisa para que se crie um programa de vigilância da poluição sonora, dada a importância que eu vi aqui, que é a segunda maior causa de poluição do ambiente no Município.

Espero colaborar com vocês.

Fiz uns apontamentos sobre responsabilidades. Vigilância ambiental é de todos; todos são responsáveis pela vigilância ambiental.

A saúde é muito impactada com a poluição de todo tipo. A gente está vendo a poluição sonora agora também, o quanto causa agravos à saúde. Estou acostumado a ver o agravo à saúde, a PAIR, perda auditiva, no ambiente de trabalho e a vigilância da saúde do trabalhador vê isso ativamente nos ambientes de trabalho, atendendo a todas as denúncias e fazendo inspeções em ambientes de trabalho. Acho que a gente precisa também ter um programa que veja a poluição sonora no ambiente externo e as possibilidades de resolver essas questões.

Muito obrigado.

A SRA. SANDRA MARIA VIEIRA TRISTÃO DE ALMEIDA – Boa tarde.

Sou a Sandra, sou da Coordenadoria da Atenção Básica. O André falou enquanto Vigilância, e a gente vai falar rapidinho enquanto Assistência.

Eu trabalho na atenção básica e, na verdade, pensando em assistência, a Secretaria tem hoje 479 UBS. A gente tem todo um trabalho pensando nas ações de promoção, proteção e reabilitação. Então, quando a gente fala em poluição sonora, quando a gente fala na questão da saúde auditiva, a gente precisa pensar também em ações de promoção e proteção.

Então, o quanto as unidades básicas que tem a responsabilidade pelas áreas do seu território de abrangência podem trabalhar com outras, com a população, com a comunidade, a questão de tentar evitar e prevenir a poluição sonora. A gente tem o programa de saúde na escola, que trabalha nos ambientes também da escola para poder trabalhar com alunos e professores, a questão da diminuição. A gente tem uma série de ações pensando na saúde auditiva.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 6 DE 68

É claro que o desafio é muito grande como foi colocado hoje, e para isso a gente precisa trabalhar de uma forma intersecretarial. Acho que nenhuma Secretaria dá conta de resolver isso sozinha e nem apenas secretarias. A gente precisa pensar o quanto a sociedade tem que estar junto com a gente nesse processo.

Pensando em assistência, quando a pessoa precisa, ela tem a gente, tem os serviços, tem os centros de reabilitação, tem os CERs, que fazem diagnóstico e que fazem intervenção, que colocam os aparelhos auditivos, dispensam os aparelhos auditivos e pensam nas diversas estratégias de reabilitação para que essa pessoa possa estar incluída na sociedade.

A gente trabalha muito com pessoas com deficiência, a gente tem as pessoas com o TEA também, que muitas vezes tem as hipersensibilidades, quer dizer, uma série de situações que a gente vive e que a gente precisa, junto, estar trabalhando para isso.

Acho que é isso.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – Queria passar para a Sra. Julia Maia Jereissati, que é a representante da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento.

A SRA. JULIA MAIA JEREISSATI – Oi, boa noite. Boa noite, Vereadora.

A Secretária Elisabete França não pôde vir hoje, pois tinha outro evento, e eu estou aqui representando-a.

Sei que é um desafio grande a questão do ruído na cidade de São Paulo e, em maio deste ano, a gente assinou com o IPT, que é o Instituto de Pesquisas Tecnológicas, um termo de cooperação, um acordo de cooperação para eles elaborarem um mapa de ruído da cidade de São Paulo.

Esse mapa vai ser dividido em três etapas. A nossa expectativa é que, no começo de 2026, eles já entreguem a primeira etapa desse mapa e, assim que ele ficar pronto, a gente vai subir no GeoSampa, que é o nosso mapa georreferenciado da cidade, para dar toda a transparência para todo mundo.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 10

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 7 DE 68

Eu fico aqui hoje à disposição de receber as demandas, levar para a SMUL e a gente está disposto a fazer o possível e impossível, o que estiver ao nosso alcance para melhorar a qualidade de vida das pessoas, da população de São Paulo, junto com as outras secretarias, a Câmara e a ajuda de todos vocês.

Obrigada, Vereadora.

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – Eu fui informada que nós temos 26 inscrições, então eu gostaria de encerrar as inscrições neste momento.

Com 26 inscrições, se cada um usar os seus três minutos, vão dar 78 minutos, um pouco mais do que uma hora.

Está bom, então vá lá, você vai ter essa chance.

Depois dele, então, estão encerradas as inscrições.

Obrigada.

Gostaria de chamar, então, a Secretaria de Segurança Pública, representada pelo Coronel Chaves.

Por gentileza, Coronel.

O SR. CORONEL APARECIDO CHAVES – Bom, boa tarde a todas e todos.

Como já foi anunciado, eu sou o Coronel Chaves, sou assessor especial do Secretário Orlando Morando Junior. Infelizmente, ele não pôde vir a este evento em razão de uma agenda já pré-estabelecida junto ao Prefeito.

Vereadora Cris Monteiro, gostaria de parabenizá-la pela iniciativa desta audiência pública de uma pauta tão importante como a poluição sonora. Ela é importante porque incomoda muita gente, e nós, da Segurança Pública, já sabemos bastante disso. A dificuldade que é ter um bar com som alto do lado de casa, um pancadão na esquina ou no quarteirão de trás, e você ficar refém disso.

Nós temos algumas ações na Secretaria de Segurança Urbana a esse respeito. Eu trouxe até o nosso Inspetor Queiroz, que cuida dessa parte e é uma pessoa extremamente

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 8 DE 68

técnica. Inclusive, ajudou na elaboração de algumas leis e procedimentos da Guarda Civil para o combate a isso.

Nós, da Secretaria, estamos trabalhando bastante nesse sentido para, pelo menos, minimizar em algumas áreas da cidade, zona Leste, Sul, Centro. Mas a demanda, todos sabem aqui, tanto é que a Casa está cheia, não é fácil e está incomodando muita gente.

Nós temos algumas vias por meio da qual vocês podem cobrar e acionar o ente público. No caso da nossa Secretaria de Segurança Urbana, temos o 153, que vocês conseguem acionar diretamente a Guarda Civil Metropolitana, ou o 156, que cai de uma maneira geral para prefeitura e de lá é distribuído para o órgão competente, seja Subprefeitura, Saúde, Segurança Urbana e tudo mais.

Contamos também com o Programa Silêncio Urbano, mais conhecido como PSIU, que também é acionado pelo 156, e temos as fiscalizações da Guarda, que eu vou até pedir para que o Queiroz fale um pouco de maneira bem breve, para que não tome o tempo dos demais.

Obrigado e excelente trabalho a todos.

O SR. MARCOS DOS SANTOS QUEIROZ – Nobre Vereadora e demais autoridades da Mesa, boa noite. Boa noite às senhoras e senhores.

É muito importante ter a presença de todos aqui para tratar de um tema pertinente a todos nós. A Guarda Civil também está envolvida nesse contexto, nesse processo e, dentro daquilo que nos compete, a gente tem dado a nossa contribuição.

Só neste ano, em relação a operações efetuadas, nós estamos desenvolvendo a Operação Sono Tranquilo, a partir das 22h, e a Guarda já atendeu cerca de 56 ações na cidade de São Paulo; foram desenvolvidas de forma integrada com o Programa de Silêncio Urbano 315 ações; e, hoje, nós estamos também combatendo o fenômeno do pancadão na nossa cidade, em que já realizamos 331 ações até a data do último mês de outubro, final do mês. Além disso, estamos desenvolvendo ações integradas e sempre atuando de forma conjunta com as Subprefeituras.

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 9 DE 68

Evidentemente que os senhores e as senhoras moradores, a população, que fomentam a economia e contribuem para a grandeza dessa cidade, também nos demandam esse serviço, conforme colocou o nosso Coronel Chaves, não somente através do telefone da nossa Central 24 horas 153, como também no telefone 156.

Então, a Guarda Civil atua de forma integrada, apoiando os agentes do Programa de Silêncio Urbano, e também as Subprefeituras.

E, conforme já colocou a nossa nobre Vereadora, nós estamos trabalhando para aprimorar a legislação, para que a Guarda também possa utilizar o decibelímetro de forma integrada, para que a gente possa ter ações mais efetivas na fiscalização e assim contribuir para a melhoria e a qualidade de vida de todos nós.

Estamos à disposição e que tenhamos uma ótima audiência.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – Eu estava confirmando agora e, infelizmente, não tem ninguém da Secretaria Municipal das Subprefeituras, que seria alguém do PSIU, que até então não chegou. Mande agora uma mensagem para o Secretário e esperamos que, até o final desta audiência pública, alguém do PSIU compareça. Esperemos.

Queria passar agora a palavra para o Dr. Waldir de Arruda Miranda, que vai ter um pouco mais do que três minutos, porque o senhor tem algumas questões mais técnicas.

É advogado especialista em perturbação sonora e autor do livro *Perturbações Sonoras nas Edificações Urbanas*.

Com a palavra.

O SR. WALDIR DE ARRUDA MIRANDA – Muito obrigado.

Muito boa noite a todos.

Antes de mais nada, gostaria de agradecer à Vereadora Cris Monteiro pelo honroso convite que me foi feito e gostaria de dizer a todos vocês que é, para mim, um enorme prazer poder participar deste evento, mormente em me sendo dada a oportunidade de tratar de um tema tão empolgante, tão importante para toda a sociedade como esse que hoje tratamos.

Quando a Maria e o Gerson me perguntaram sobre o que deveríamos trazer a vocês, eu pensei na minha experiência de advogado. Nesses 25 anos de experiência de advogado trabalhando nessa área de perturbação ao sossego e 40 anos de advocacia geral, pude conseguir certas convicções a respeito daquilo que funciona e aquilo que não funciona em matéria de combate à perturbação ruidosa.

Então, primeiramente, eu acho que devemos situar a situação, hoje, naquilo que é mais é escancarado do ponto de vista de percepção.

Hoje, nós temos a exata noção sobre a gravidade dos efeitos do barulho no ser humano e não se tem mais dúvida sobre o quanto o ruído prejudica o homem, prejudica o meio ambiente, prejudica os animais.

A Organização Mundial da Saúde, como já foi dito anteriormente, considera a poluição sonora como sendo a segunda forma mais grave de poluição, perdendo apenas para a poluição atmosférica.

Hoje, na Europa e nos Estados Unidos, temos inúmeros estudos comprovando, de forma categórica, a relação entre ruído e o declínio da saúde das pessoas que estão a ele expostas.

Isso pode parecer pouco importante hoje, em que nós temos a constatação efetiva por vários estudos de forma revisada etc. e tal. Mas, para quem, como eu, é obrigado a enfrentar a questão judiciária, isso nos coloca num degrau acima em relação à exposição da questão, porque a gente não precisa mais demonstrar a causalidade do problema, da relação entre o dano e a exposição ao ruído.

Para vocês terem uma ideia, há 30 anos, mais ou menos, a questão era tratada como mero aborrecimento, como mera intolerância do vizinho.

Há um caso clássico que nos narra o professor Antônio Chaves, de um sujeito que reclamava do vizinho barulhento, produzido por festas etc., e demandou contra ele, pretendendo a indenização por dano moral e também a cessação da produção ruidosa. Na sentença, 30 anos atrás, o juiz, além de não ter acolhido o pedido, disse o seguinte: “gente, isso é questão de

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 11 DE 68

convívio social. Afinal de contas, qual festa que não faz barulho?”. O autor, irredimido, foi ao Tribunal, a relatoria coube ao Desembargador Werneck Côrtes, na ocasião do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que, além de reverter o julgamento, acolhendo o recurso e dando provimento ao pedido do autor, respondeu à indagação do juiz de primeiro grau, que era “qual festa que não faria barulho?”. Ele disse o seguinte: “a festa de pessoas educadas, que entende que o seu direito termina onde começa o direito dos outros; a festa de pessoas que estão preparadas para viver em sociedade; a festa de pessoas que respeitam o outro”.

Então, essas questões eram muito enfrentadas, muito corriqueiras no Judiciário. E, hoje, nós passamos disso, não precisamos mais demonstrar que isso é uma coisa séria, que isso é uma coisa real e que causa danos terríveis.

E, ainda em relação à gravidade do problema, eu insisto muito com isso, Cris, porque, muitas vezes, apesar de toda evidência, é mal compreendida a situação na sua exata extensão.

E, nesse ponto, um dos estudos mais importantes que nós temos hoje, internacionalmente e no Brasil representado pelo Fernando Pimentel de Sousa, foi justamente sobre a superficialização do sono.

Não sei se vocês se lembram daquela história dos ciclos do sono, uma hora e meia, aprofundando desde beta, que é a vigília, até o sono profundo... o Dr. Fernando percebeu que a pessoa exposta a ruídos de impulso durante o período noturno, ou melhor, durante o período de descanso, que nem sempre é noturno, acaba sofrendo uma superficialização do seu sono. Então, na hora de aprofundar o sono, com ruídos de apenas 32 a 35 decibéis, ela conseguiria ter aquele sono superficializado. E isso acarreta consequências terríveis para a saúde humana, porque ela não consegue se recuperar adequadamente na sua noite de sono.

Então, isso foi uma grande constatação, algo muito importante e muito útil nos processos judiciais e isso se encerra.

Esse ponto que eu queria chamar atenção para vocês, de que a gravidade do problema hoje é evidente, é incontestável e é suficientemente demonstrada.

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 12 DE 68

A segunda questão é sobre se nós temos ou não leis suficientes. Nós estamos aqui numa Casa Legislativa procurando soluções para serem implementadas.

Muitos poderiam dizer que, do ponto de vista federal, nós temos muita legislação. Nós temos o artigo 1.277 do Código Civil, que prevê Direito de Vizinhança, uma proteção visceral, que faz com que cada um de nós tenha o direito de fazer cessar as interferências prejudiciais ao sossego, saúde e segurança dos que habitam a unidade.

Nós temos direito à responsabilidade do construtor por solidez e segurança do imóvel que entrega e, na segurança, está inserida a salubridade, ou seja, a característica de um imóvel servir ao uso a que se destina por oferecer condições de habitabilidade.

Nós temos responsabilidade civil amplamente tratada no Código.

E nós temos, do ponto de vista penal também, o artigo 42 da Lei de Contravenções Penais, a estabelecer proteção ao trabalho e ao sossego, derivados de gritaria ou algazarra, profissão ruidosa ou incômoda, abuso de instrumentos sonoros ou sinais acústicos, e, por fim, provocação ou não impedimento de barulho produzido por animais de que a pessoa tem guarda. Isso tudo no artigo 42 da Lei de Contravenções Penais.

No final das contas, nós temos também o artigo 54 da Lei de Crimes Ambientais, que escala isso para um nível acima, do caráter difuso de uma aplicação um pouco maior do ponto de vista coletivo, e que também reprime tanto o resultado danoso como a possibilidade de resultado da atividade poluidora.

Então, há, de fato, um arcabouço legislativo que pode ser considerado bastante robusto. Mas, infelizmente, no dia a dia, nós não conseguimos, efetivamente, uma solução para a maior parte dos problemas. Isso não é exato dizer.

A Maria já está me avisando aqui, eu vou encerrar rapidamente, mas eu queria pontuar só duas coisinhas, que são o seguinte: em primeiro lugar, do ponto de vista civil, a judicialização privada ainda é efetiva, só que ela é muito custosa e inacessível à maior parte das pessoas, e ela é muito demorada também. Então, acaba não resolvendo. Como isso é uma questão de saúde pública, o que já foi pontuado aqui diversas vezes e é efetivamente uma

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 13 DE 68

questão de saúde pública, que interessa ao Estado prover a todos nós, nós temos uma forma, uma necessidade de viabilizar essa participação do Estado em relação à nossa necessidade. Isso se principalmente para novas normas penais, o que sobreleva a ineficiência, entre aspas, da atuação da autoridade policial que não consegue dar conta de tanta demanda que é submetida a ela. Temos 30% durante a semana, escalando - como Marcelo já me falou - para 70% nos finais de semana junto ao Copom, e 81,5%, como anotou a nobre Vereadora Cris Monteiro na fala anterior, junto ao aplicativo da Polícia Militar do Copom.

Então isso é humanamente impossível, gerando cerca de média de 118 ocorrências por dia. Naturalmente, o policial, o destacamento, o Batalhão, todos da entidade têm - em algum momento – que tomar uma decisão filosófica de qual ocorrência poderá ser atendida e, naturalmente, ele tem que atender a mais gravosa, os crimes contra a vida, outras coisas mais.

Para encerrar, o que seria a minha sugestão, com o que posso contribuir a respeito, na tentativa de encontrarmos uma solução melhor para o problema? Temos de procurar, na minha ótica, aparelhar melhor as Polícias. A Polícia Militar não é da competência da municipalidade, é da competência do Estado, então não cabe a nós resolvermos esse problema.

Mas cabe a nós, e isso foi possibilitado a partir de fevereiro deste ano, através de um tema de repercussão geral de um julgado no Supremo Tribunal Federal, que permitiu o aparelhamento, a transferência da competência para a Guarda Civil Metropolitana de policiamento preventivo e ostensivo, juntamente com a Polícia Militar. Isso já vem sendo feito de certa maneira, mas há necessidade de uma implementação de uma legislação mais específica – essa seria a minha sugestão – para que pudéssemos ter um tratamento especializado e mais acessível, e menos burocrático do que há hoje junto à Polícia Militar.

E, por final, multas. Isso sim é importante. Por isso encerro, antes que a Maria me expulse da Mesa.

Agradeço a todos a gentil atenção e peço desculpas pelo demorado da fala.

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – Obrigada, Dr. Waldir. Eu queria só pontuar que ele tem sido um grande amigo do meu gabinete, vem me ajudando bastante nessas

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 14 DE 68

discussões do ponto de vista legal, junto ao meu gabinete, com meus assessores. Quero deixar um agradecimento público, Dr. Waldir, por toda a ajuda que o senhor vem nos dando nesse tema que nos é tão caro.

Acabei deixando de chamar o representante da Secretaria de Cultura, o Sr. Caio. Por gentileza.

O SR. CAIO MESQUITA – Muito obrigado.

Em nome da Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa, eu queria primeiramente agradecer a nobre Vereadora Cris Monteiro pela iniciativa de discutir um tema tão importante relativo ao direito à cidade.

Em nome do Sr. Secretário Totó Parente, o Sr. Secretário-adjunto Rodrigo Massi, queria agradecer a presença de todos e ao convite.

A Secretaria de Cultura, como uma grande promotora de eventos da cidade de São Paulo, não se furta ao debate e a participar deste momento, nem a relatar um pouco das nossas ações para tentar fazer eventos mais organizados e a garantir o direito à cidade daqueles que convivem e habitam a cidade de São Paulo.

A Secretaria, até o momento, fez mais de sete mil contratações artísticas, desde eventos pequenos a maiores, como o Carnaval e a Virada Cultural e todos esses eventos contam com debate, com uma articulação muito forte intersecretarial para garantir eventos seguros, organizados e que não gerem grandes impactos à comunidade.

No caso do Carnaval, que neste ano foi o maior do Brasil, com mais de 16 milhões de pessoas, a Secretaria de Cultura, juntamente à Secretaria de Subprefeituras, fez um esquema que conseguiu, além da limitação do tempo de bloco com as dispersões de blocos até às 19h, um planejamento que entregou a cidade ao munícipe, ao final dos blocos, em um tempo recorde de 40 minutos, ou seja, é um evento que atrai muito público, que gera consequentemente o ruído, mas também movimenta a economia da cidade. É planejado, organizado para que não gere grandes impactos e que garanta, após o término do trajeto dos blocos, o direito à cidade, ao sossego.

Na Virada Cultural, a despeito de ser um evento de 24 horas, que movimenta também a cidade culturalmente, 24 horas com mais de 1.700 atrações artísticas, os 21 palcos que eram localizados nos bairros, só tinham – no sábado – atração até às 22h, também com esquema de dispersão muito forte, e no domingo até às 19h, ou seja, temos um compromisso tanto nos pequenos, como nos grandes eventos, de devolver a cidade ao munícipe, de garantir desde o divertimento daqueles que estão participando da festa, mas também o sossego daqueles que moram no entorno, daqueles que vivem nos bairros, como garantia após o término do evento.

Estamos aqui para ouvir os munícipes, ouvir as demandas e levar ao Secretário para que possamos, cada vez mais, fazer eventos mais planejados, eventos melhores e que garantam a diversão daqueles que estão presentes e o sossego daqueles que vivem no retorno.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – Obrigada.

Agora já estamos com a presença do Sr. Leonardo, que vem representar o Sr. Secretário Fabricio Cobra. Muito obrigada.

Passo a palavra para o senhor, por gentileza.

O SR. LEONARDO – Boa noite a todos. Quero cumprimentar a nobre Vereadora Cris pela propositura, na pessoa do Sr. Secretário Fabricio Cobra, da Sra. Secretária-adjunta Tatiana, e dizer que a Secretaria de Subprefeituras também está aberta ao diálogo. O Sr. Secretário tem conversado muito com os nobres Vereadores. Também estamos acompanhando a CPI dos Pancadões e diversas ações, projetos que estão sendo elaborados, discutidos dentro da Secretaria para buscar uma maior eficiência, uma maior atuação, mais integrada, mais efetiva e todas as medidas de combate à perturbação de sossego e de todas essas questões.

Um pouco antes de vir para cá, conversei com o Sr. Secretário que falava justamente dessa reestruturação do PSIU, que vem sendo discutida internamente na Secretaria, justamente para criar um padrão entre as Subprefeituras, para poder facilitar, desburocratizar algumas coisas. Sabemos das limitações que existem em termos humanos e também das regras vigentes hoje, que são bastante minuciosas.

O PSIU não atua como Polícia, não é “liga, lá, 190” e o PSIU chega. O PSIU trabalha com agendamento. Existem as denúncias e, a partir daí, ele faz esse agendamento de fiscalização e tem uma série de regras, como eu disse, burocráticas sobre os decibéis - o decibel de fora com o decibel de dentro do estabelecimento. Mas tudo isso está sendo estudado e sendo feita uma propositura para revisão dessas regras no sentido de atender e poder ser mais efetivo nas questões.

Para além disso, há duas áreas que estão sendo bastante discutidas na Secretaria: o Vale do Anhangabaú e a Avenida Paulista. Existem grupos estudando, discutindo, apresentando propostas para que sejam de repente revistos os decretos, alterados e até mesmo, quem sabe, criada uma lei mais específica. Então o Secretário disse justamente que nós estamos aqui para ouvir, para acolher as sugestões, estamos abertos a acolher tudo aquilo que for proposto no sentido de melhorar, de trazer um serviço mais efetivo que, de fato, conciliem as coisas, é claro, o trabalho, o lazer, a cultura, mas ao mesmo tempo respeite o direito ao descanso e das áreas onde as pessoas moram e que precisam também do seu sossego. Estamos à disposição para o diálogo.

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – Obrigada, Leonardo.

Atualmente, quantos agentes videntes são funcionários do PSIU? Com quantos agentes contamos na cidade?

O SR. LEONARDO – Na verdade, não tenho dados específicos. Na verdade, estou aqui a pedido do Sr. Secretário que pediu para que eu viesse e tomasse nota das sugestões e pudesse levar para ele.

Vou anotar todas as perguntas.

Que eu saiba, pelo menos até ali na CPI dos Pancadões, temos discutido, esse número foi apresentado, é algo em torno de 40 pessoas.

– Manifestação fora do microfone.

O SR. LEONARDO – Recentemente, foram feitas novas contratações. Hoje temos em torno de 40 agentes.

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 17 DE 68

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – Obrigada. Vamos anotar essa informação.

Vamos ver se até o final da audiência pública, eu consigo passar aos senhores.

Muito obrigada, Sr. Leonardo.

Queria agora passar para o Sr. Marcos César de Barros Holtz, arquiteto urbanista, atual Presidente-executivo da ProAcústica, que é a Associação Brasileira para a Qualidade Acústica.

Obrigada mais uma vez.

O SR. MARCOS CÉSAR DE BARROS HOLTZ – Obrigado, nobre Vereadora Cris Monteiro e a todos os presentes. É um prazer estar aqui, também, falando sobre este assunto. Já estivemos aqui antes. A ProAcústica organizou dentro da Câmara em 2014, 2015, 2016, três audiências que foram de dois a três dias, nas quais só discutimos a questão do ruído urbano na cidade de São Paulo. Até em decorrência dessas audiências, na época, foi criada a Lei do Mapa de Ruído. Fiquei sabendo, agora, através da Secretaria, que já foi contratado e está para ser feito, e isso vai fazer um pouco parte da minha fala.

Além de Presidente da ProAcústica, temos esse interesse em prezar pela qualidade acústica no país. Sou pesquisador também e o meu mestrado, em 2008, foi justamente na área de poluição sonora. Na época, era a relação dos parques com a poluição sonora e fiz um estudo de caso do Parque Villa-Lobos.

O que acontece? Dentro da questão da poluição sonora na cidade, vejo duas grandes frentes que temos que entender de maneira um pouco separadas, porque elas têm características muito diferentes: a questão da fiscalização e a questão do planejamento. Então se só atuarmos em fiscalização, vamos realmente coibir excessos, mas vamos continuar cometendo os mesmos erros para sempre, porque não estamos pensando em prevenção. É um pouco parecido com o que fazemos com a saúde pública e em outros casos. No caso da poluição do ar, temos estratégias de curto, de médio e de longo prazo. Da mesma maneira, devemos pensar na poluição sonora por esse prisma.

De curto prazo, precisamos ter uma fiscalização que dê conta das pessoas que sofrem, hoje, com o ruído, que não conseguem dormir, que estão tendo problemas graves de saúde em função da poluição sonora. A fiscalização se enquadraria mais nessa questão de curto prazo.

Vejo que temos, tradicionalmente, através do PSIU, fiscalizado mais casas noturnas e bares. Mas ficamos um bom tempo sem legislação a respeito de obras e a cidade hoje é praticamente um canteiro de construção. Somos muito a favor... Não somos contra as obras, muito pelo contrário, queremos, pois, quanto mais obras, melhor, a cidade vai se desenvolvendo. Mas a obra tem que acontecer dentro do respeito em função das pessoas que moram ali, das pessoas que vão ter que dormir, que trabalham ao redor.

Já existe um decreto municipal e nós realmente estamos sofrendo na questão da fiscalização do referido decreto, porque temos muito pouca capacidade de fiscalizar. Se pensarmos em 40 fiscais para uma cidade do tamanho de São Paulo, com o número de pedidos que temos, precisamos melhorar este número de fiscais para conseguirmos dar conta, até porque sobrecarrega a Polícia.

Com isso, acaba sendo um problema de Saúde Pública. Acabamos tendo um problema de Segurança Pública também, porque sobrecarregamos os canais de segurança pública em função de outro problema.

Aconteceu uma vez, um amigo meu teve que andar de muleta por um tempo por causa de uma perna e ficou com problema no ombro. Então precisa de um treinamento para andar com as muletas. Descobri isso depois. Então começamos a ter problemas que vão se espalhando pela cidade em função de uma deficiência que temos numa área muito específica da fiscalização das leis. Como o próprio Waldir já colocou, temos muitas leis, que poderiam ser melhoradas, porque são leis muito antigas. Acho que poderíamos pensar nisso.

Outra coisa é pensar também em usar a tecnologia que temos hoje. Hoje, tudo é conectado. Temos milhares de possibilidades tecnológicas que nos permite pensar como podemos estruturar uma fiscalização mais inteligente, mais conectada, e que seja mais em tempo

real, que não precisemos o tempo inteiro deslocar equipes para os lugares. Existem sistemas muito modernos de monitoramento, de avaliação à distância, que poderiam ser implementados para prevenir excessos, principalmente na questão de eventos. Já sabemos quais são. Temos aqui muitos representantes de associações de bairro que sofrem com isso. Sabemos os locais que acontecem os eventos, os dias. Poderíamos ter uma estrutura mais adequada para prevenir os excessos que podem acontecer nesses dias para estipular acordos. Para acontecer o evento, este tem que acontecer dentro de uma determinada maneira. Se não, ele não acontece. Esses acordos são muito importantes e a fiscalização para que os acordos sejam cumpridos também é muito importante. Para isso podemos entrar com a tecnologia que temos à disposição. Tanto que existem até em outros países.

As pessoas têm dificuldade em dar conta da legislação, porque são coisas que... para um cara que tem uma casa noturna, ele é especialista em entretenimento, não entende de acústica. O Poder Público que tem que demandar o que quer daquela pessoa para conseguir o alvará de funcionamento.

Existem muitos países que já têm os dispositivos para você ter o alvará. É obrigatório instalar, pois ele tem um limitador que não permite aumentar o volume do sistema de som. Não consegue. O sistema é lacrado e se romperem o lacre, já toma uma multa. Essa é uma das maneiras também que podemos trazer um sistema de monitoramento e de vigilância, digamos assim, para que os acordos possíveis para a realização desses eventos sejam cumpridos.

Em termos de fiscalização, tem muito mais coisa. Mas acho que com o tempo que tenho, são esses que eu posso elencar.

Em termos de prevenção, estamos aqui com a Ana Claudia Fiorini, umas das maiores autoridades do país na área de poluição sonora, estamos fazendo eventos juntos, nem sei há quanto tempo. Vou nem falar há quanto tempo fazemos evento juntos a respeito de consciência da poluição sonora na cidade.

O mapa de ruído é muito bom, mas basicamente é um mapa como qualquer outro. Acho que o importante é vermos o para que ele serve, o que faremos com esses mapas. A

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 23

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 20 DE 68

própria lei já designa que temos que refazer a cada cinco anos e comprovar que os planos de ação feitos para reduzir ruído foram realmente executados. Então temos problemas com, principalmente, a questão de tráfego urbano. Por exemplo, estamos eletrificando a frota de ônibus elétricos. Poderíamos priorizar áreas que temos problemas maiores na questão do ruído dos ônibus, que realmente é o problema das cidades. Os ônibus são muito barulhentos, há pessoas que moram em áreas onde há muitos morros, áreas muito inclinadas. Eles têm problemas, porque 4h30 começa o ônibus a subir o morro, a descer, o tempo todo.

Como distribuir essa frota elétrica? Como podemos priorizar a questão do asfalto, velocidade? Tem diversas estratégias que se pode utilizar com o Poder Público e com a organização do tráfego para melhorar essas coisas.

E, finalmente, só para terminar, pois meu tempo encerrou, acho que a questão da educação é muito importante. Tivemos o problema dos pancadões. Acho que o pancadão é também um problema que temos que resolver com as pessoas que geram ruído. Se um ruído é gerado, tem que ver se foi gerado pela infraestrutura ou retirado por uma pessoa. Tem muitos problemas de vizinhança que são gerados por pessoas. A questão da educação da população pode começar nas escolas.

Achei muito legal quando o MEC solicitou uma fotinho do mapa de ruído para colocar num livro para as crianças da terceira série. Educar as crianças de que o ruído que você gera também é algo que é sua responsabilidade e que você tem que gerenciar da melhor maneira para não incomodar quem está perto.

Era isso. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – Obrigada, Sr. Marcos. Gostaria agora de passar para Ana Claudia Fiorini, que é a fonoaudióloga e doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo. Obrigada, Dra. Ana Claudia.

A SRA. ANA CLAUDIA FIORINI – Obrigada.

Boa noite. Queria agradecer o convite e lhe parabenizar, nobre Vereadora Cris Monteiro, pela iniciativa, além de dizer que é muita alegria estar aqui.

Sou fonoaudióloga, epidemiologista e trabalho como pesquisadora na área de poluição sonora há mais de 30 anos e ativista. Fico muito feliz de estar num momento como este, com uma força tão grande como a que conseguimos com a frente que o Marcelo vai falar depois. Então é uma alegria muito grande.

Vou tentar ser muito breve, falo muito. Combinei com a Maria de mostrar algumas telas, porque acho que precisa. Estou representando a área da saúde e falar sobre poluição sonora é ter que começar falando que a primeira coisa, e mais importante, é que realmente é um problema de saúde pública e que afeta de verdade a saúde da população.

Fiz essas telas tratando de três pontos importantes.

- A oradora passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

A SRA. ANA CLAUDIA FIORINI – Primeiro: a poluição sonora, porque é uma questão extremamente importante para entendermos: O que é a poluição sonora? O que ela provoca na saúde? Então, primeiro, o problema.

O segundo: os efeitos que esse problema traz para a nossa saúde. E, finalmente, a questão do que fazer, quais são as possíveis soluções, pois estamos aqui para discutir exatamente isso.

Já foi falado aqui, mas colocando oficialmente, todos os anos existe um ranqueamento feito pela Organização Mundial de Saúde na qual ela atribui quais são as principais causas de poluição no mundo. A poluição sonora já esteve em lugares muito abaixo, já esteve em quarto lugar, em quinto lugar, depois subiu para terceiro lugar. Em 2011, ela subiu e não saiu mais dali. Hoje ela é a segunda principal causa de poluição, só perdendo para a poluição do ar, havendo estimativas de que ela possa vir a ser, num futuro não tão distante, a principal causa de poluição, porque existe uma série de medidas mitigatórias da poluição do ar que estão sendo adotadas há muitos anos, principalmente por meio da fabricação dos veículos de transporte. Então, existe uma predição.

É um problema realmente de saúde pública e é a segunda principal causa de poluição no mundo. Além disso, em termos de definição, falamos que ela é um conjunto composto por

todos os ruídos, mas que tem um caráter físico mesmo, podendo inclusive ser quantificada por meio das medições, dos mapas de ruído que fazemos. Mas a poluição sonora tem uma característica bastante subjetiva: o que é ruído para mim pode não ser para você. É muito importante entendermos isso, porque às vezes você mesmo provoca aquilo que pode te fazer mal. Entendemos o ruído sempre como uma questão negativa; porém, mesmo quando desejo determinado som, se eu abuso do nível de exposição – por exemplo, de música –, isso traz efeito à minha saúde.

Aí, temos um problema de saúde pública, porque é um vício. O som vicia, e é um vício fisiológico. Ele mexe com o nosso organismo, dispara a produção de adrenalina, de noradrenalina, ele é prazeroso. Só que quando você produz para si mesmo é uma questão; quando o outro está produzindo, então atinge a sua liberdade. E até onde vai a sua liberdade? Onde começa a do outro. Aí existe muito conflito, porque é difícil quando a gente tem que falar sobre como resolver o problema, como é erradicar o problema da poluição sonora: acabar com o ruído do mundo. É possível fazer isso? Não é. Então, o que podemos fazer e o que podemos entender?

Primeiro, a questão de onde está o ruído. Ele está na nossa vida. Estamos falando muito sobre a questão do ruído urbano, mas o ruído pode estar em qualquer lugar. Pode estar em atividade de lazer, que eu mesmo procuro. Ele pode estar no meu trabalho, sobre o qual há uma série de pesquisas e evidências científicas importantes sobre os efeitos na saúde da população trabalhadora. Mas ele está na nossa vida e no nosso cotidiano. Ele pode estar em algumas atividades que eu desenvolvo como atividade de lazer e até mesmo nas atividades físicas tão preconizadas para melhoria da saúde. Às vezes, para correr ou para fazer uma atividade física usa-se um estéreo pessoal, e as pessoas abusam do nível sonoro. É aí que entendemos o vício a que me referi. Então, é só para entender que existe a poluição sonora e existe também a gente como gerador da própria poluição.

Em relação às evidências dos efeitos, antigamente não havia evidência. Eu me lembro de que fizemos um ato importante um tempo atrás para fechar o Minhocão de São Paulo.

Como professora da Escola Paulista de Medicina e da PUC, desenvolvi, com meus alunos da PUC, entrevistas com os moradores. Íamos às casas dos moradores, e eu ficava assustada com a vibração dentro delas. Conseguimos fazer uma pesquisa, um questionário de incomodidade, e conseguimos, com outras frentes, fechar o Minhocão. A última pesquisa que eu fiz com população já tem 20 anos. Eu estava lembrando disso com a população do entorno do Ibirapuera, do morador da maior área verde da cidade de São Paulo que é, porém, uma das áreas mais barulhentas da cidade de São Paulo por conta do aeroporto e dos helicópteros na região da Berrini. E eu me lembro de que, quando perguntávamos para a população quais eram as principais preocupações que em relação à cidade de São Paulo, a poluição sonora aparecia em segundo lugar, perdendo apenas para violência. Olha que incrível; há 20 anos. Talvez, se perguntássemos hoje, a poluição estivesse ou na mesma posição ou, dependendo do bairro, em primeiro lugar.

Naquela época, não tínhamos evidência; hoje, temos. Então, não adianta discutir: há evidências científicas. Se vocês quiserem consultar o *site* da OMS, nas versões em inglês ou em espanhol, há diversos manuais que atestam todas as evidências dos efeitos que a poluição sonora pode trazer para as pessoas em todos os ciclos de vida, desde o bebê até o idoso. Claro que são diferentes os tipos de exposição, mas vai desde o bebê até o idoso. Vivemos em mundo sonoro.

Há também uma série de artigos científicos que hoje comprovam – e quando falamos em evidência, é porque há comprovação – efeitos que não são só os auditivos. Todo mundo conhece os efeitos auditivos. Muita gente já ouviu falar que o ruído pode provocar perda auditiva, mas eu estou falando de outros efeitos que a população em geral não conhece, e temos como medir e comprovar. Então, sugiro, a quem queira conhecer um pouco melhor, olhar o *site* da OMS para entender que existe uma série de efeitos que não são diretos. Muitas vezes são fatores pessoais, às vezes são reações vegetativas, às vezes são interferências em determinadas situações, às vezes são fatores sociais, às vezes há um efeito que é de curto prazo ou um efeito que é de longo prazo.

Há evidências, por exemplo, dos efeitos cardiovasculares. Há efeitos diretos, podemos medir o antes e o depois. A perda auditiva é um desses efeitos; a hipertensão, outra. Até mesmo o Ministério da Saúde, na última lista das doenças relacionadas ao trabalho, publicado em 2023, reconhece que a hipertensão pode ser decorrente da exposição ao ruído. Existe inclusive um CID 10 para isto: hipertensão arterial sistêmica.

Há três efeitos diretos: o auditivo, a hipertensão e o estresse; e pode-se medir o estresse, sim, por meio do marcador cortisol.

Há também os efeitos indiretos, que envolvem uma série de reações: incômodo, irritabilidade, intolerância, tontura, distúrbios do sono. A OMS faz um estudo de carga global da doença em que ela calcula os anos de vida perdidos. Quando ela faz isso com a poluição sonora, aparece o distúrbio de sono como um efeito muito importante. Aparecem também as dificuldades de alfabetização em crianças por conta da dificuldade na relação sinal-ruído.

Então, pensem que muitas das coisas que às vezes temos e não sabemos, podem, sim, ter relação de forma indireta. E todos os efeitos cardiovasculares que podem ter um desfecho final lá na frente, como aumento no número de casos – e vou falar na linguagem popular – de derrames, de infartos do miocárdio podem ter relação, sim, porque o ruído mexe com o Sistema Nervoso Autônomo de uma maneira tão importante que pode causar uma série de alterações metabólicas que, lá na frente, aumentam as possibilidades de efeitos cardiovasculares.

E quais seriam as soluções, pensando que nós temos tantos efeitos assim? Claro que ações governamentais e políticas públicas, mas políticas públicas pautadas na saúde, no efeito que esse som provoca na saúde das pessoas. Não adianta só estabelecermos níveis e dizer: “Esse nível é seguro”, porque pode ser seguro para uma pessoa, mas não para um conjunto de outras pessoas. Então, as soluções seriam: ações governamentais e políticas públicas, controle ambiental e educação em saúde e educação ambiental.

Termino dizendo que estamos discutindo medidas e soluções possíveis, e controlar não é proibir, controlar é proteger. Sabemos que não vamos conseguir acabar com a poluição

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 25 DE 68

sonora, mas podemos tentar minimizar as exposições para, dessa maneira, minimizar os efeitos que elas trazem para a saúde da população.

Nessa última tela, uma frase para reflexão, que expressa muito o movimento que estamos fazendo hoje: “Controlar não é proibir, é proteger”.

Muito obrigada, e desculpem se extrapolei o tempo. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – Muito obrigada. Passo a palavra ao último componente da Mesa para que possamos finalmente dar voz a todos vocês que se inscreveram. Marcelo, por gentileza. O Marcelo está liderando a Frente Cidadã pela Despoluição Sonora. Fique à vontade.

O SR. MARCELO SANDO – Boa noite a todos. Eu sou filósofo e eu entrei nessa discussão para pensarmos soluções para essa problemática da poluição sonora por morar há 13 anos na Avenida Paulista. Todos os domingos e feriados, a avenida é fechada para que a população possa usar a cidade de outra forma. O objetivo do Paulista Aberta, dentro de uma política pública de mobilidade, era exatamente tirar o barulho do tráfego da Avenida Paulista para que as pessoas pudessem andar a pé, andar de bicicleta e conviver.

A ideia era convívio social, uma convivência mais sadia, uma cidade menos barulhenta. Só que, ao longo dos anos, essa atividade começou a gerar uma atração muito grande de bandas de música, de eventos religiosos, com amplificação de baterias universitárias que ensaiavam na Avenida Paulista. Temos um problema: a Avenida Paulista é um cânion urbano, uma avenida, um grande corredor com prédios altos, espelhados dos dois lados. O som fica aprisionado dentro deste cânion, e o som reverbera, amplifica, subindo ao ponto de os 6 mil moradores avenida, distribuídos em 17 condomínios residenciais, terem, todos os domingos e feriados, experiência análoga a um baterista no sofá da sua casa ou de um pastor fazendo o culto dentro da sua cozinha.

Essa é uma experiência sonora de muito caos, uma cacofonia, e isso foi algo que se estendeu por muitos anos. O programa Paulista Aberta já tem dez anos, e o sofrimento desses moradores ficou muito invisibilizado ao longo desse tempo, pois as pessoas têm a sensação de

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 26 DE 68

que na Avenida Paulista não tem gente, não mora ninguém, é uma via puramente comercial. Essa invisibilidade gera revolta, essa sensação de impotência, adocece.

O som reverberado durante as atividades amplificadas do Paulista Aberto chega a 75 decibéis, 80 decibéis e em algumas manifestações políticas, a 90 decibéis, 100 decibéis. E estamos falando de 100 decibéis na fachada dos prédios residenciais, e não diretamente na rua. Esse nível de exposição é completamente prejudicial para a saúde. Então, nós temos uma crise de saúde pública acontecendo em um espaço aberto que é muito simbólico. E por ser a Avenida Paulista exatamente esse espaço diverso, inclusivo e de convivência muito intenso entre várias pessoas – diferentes culturas se encontram na Avenida Paulista –, há uma crise de convivência.

Acho que esse dilema filosófico foi o que me levou a focar tempo, energia e recurso no movimento Paulista Boa para Todos. A grande reflexão é: o espaço público, exatamente por ser de uso compartilhado, precisa ter mais restrições à liberdade individual do que o espaço privado. Não é por ser pública que se pode fazer na rua tudo o que se quer. Exatamente por ser pública, há necessidade de se negociar a convivência com todos os outros agentes, com todas as outras pessoas que compartilham e usam o espaço da rua.

Essa foi a primeira grande reflexão, que é um problema filosófico. Nós estamos passando por uma crise de convivência em que as pessoas entendem que sua liberdade de expressão artística, política ou religiosa está acima de qualquer outra. Só que há um limite, e esse limite é a saúde das pessoas que estão próximas. Nós temos uma grande questão, de sopesamento dos princípios constitucionais: você tem o direito à livre expressão, mas também o direito à saúde e a um meio ambiente equilibrado. Dentro disso, vamos ter aqui sopesar esses direitos e negociar formas de convivência.

Aí, entramos em um segundo ponto, uma segunda equação filosófica para ser resolvida: para que serve uma cidade e em que tipo de cidade queremos viver? Quando nós não conseguimos resolver o problema da Avenida Paulista, mesmo com muita evidência jurídica, acústica, científica, médica, com muita articulação com os próprios artistas de rua, com as subprefeituras; quando nós não conseguimos, mesmo assim, resolver a situação que estávamos

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 30

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 27 DE 68

vivendo, surgiu a ideia de criar uma Frente Cidadã pela Despoluição Sonora reunindo todos os outros movimentos da cidade que estavam também lidando com o problema da poluição sonora e que, igualmente, não estavam conseguindo resolver.

Pensamos em juntar o pessoal do Allianz Parque, o pessoal que sofre com o Pacaembu, o pessoal que sofre com o Vale do Anhangabaú, o pessoal do Bom Retiro, do Ipiranga, de toda da Barra Funda, zona Oeste, além da Vila Madalena. Temos hoje, presentes, vários representantes da Frente Cidadã. Temos Capão Redondo, Belém, vários representantes de movimentos de moradores que se reuniram para levar essa problemática como uma questão de saúde pública urgente a ser resolvida.

Já ouvimos uma série de coisas importantes hoje. Ouvimos que a poluição sonora é o segundo fator de risco ambiental mais prejudicial para a saúde humana nos grandes centros urbanos; que é causa de problemas cardiovasculares, depressão, transtornos de ansiedade e de malefícios, como Diabetes tipo 2 e maior incidência de demência senil. Nós estamos lidando com uma grave crise de saúde pública.

Para terminar, um terceiro ponto filosófico que acredito que precisamos entender: para que serve o Poder Público e onde está o Poder Público nessa problemática? (Palmas)

Duas questões: para que serve uma cidade? E em que tipo de cidade nós queremos viver? Nós queremos realmente viver em uma cidade que se parece com um parque temático? A cidade vai ser esse espaço onde a gente confunde cultura com entretenimento e consumo? Pensamos na cidade e no turismo como um espaço onde nós estamos recebendo visitantes ou clientes que precisamos atender? A grande questão é: para que serve uma cidade e para que serve o Poder Público dentro disso? Nós precisamos de mediação do Poder Público nesses interesses divergentes, dentro desses conflitos que estamos vivendo.

E, dentro disso, há três pontos principais. Existe uma necessidade de normativas, existe uma necessidade de repensarmos o processo de licenciamento de autorizações e alvarás e existe uma necessidade de repensarmos a fiscalização. Hoje, há 116 projetos de lei tramitando nesta Câmara Municipal sobre ruído, o que dificulta a compatibilização e a discussão. Nós

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 28 DE 68

estamos precisando de legislações que entendam a questão do ruído como problema de saúde pública. Nós estamos precisando que o processo de licenciamento e de autorização leve em conta estudo de impacto acústico de vizinhança, regramento sobre limitador de ruído, sobre monitoramento ativo; há uma série de soluções.

Encerro minha fala lembrando para que serve uma audiência pública. A audiência pública é realmente esse espaço onde abrimos escuta ativa da Câmara Municipal, que tem não só o papel de criar leis, mas também de fiscalizar o trabalho do Executivo. Justamente para isso convidamos para esta audiência os representantes das Secretarias. Então, vamos ouvir agora uma série de depoimentos, uma série de revoltas de pessoas que estão muito desgastadas. A sociedade civil está muito desgastada. Vamos ouvir sugestões e desabaços. E esse espaço de audiência, de escuta precisa gerar algum tipo de encaminhamento efetivo. (Palmas)

Encerro minha fala convidando todos os presentes, principalmente os representantes da Frente Cidadã pela Despoluição Sonora, a falarem e serem escutados. E que consigamos ter uma boa audiência. Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – Obrigada, Marcelo. Muito boa a sua fala e a de todos. Eu estou muito agradecida, até agora foi um grande aprendizado.

Vou contar uma intimidade minha. Moro na Vila Madalena, e minha cozinha dá para os bares da Vila Madalena. Eu sou uma pessoa impactada – moro naquele lugar há 24 anos – pelo barulho dos bares da Vila Madalena. Então, sei bem o que é ficar irritada, aborrecida, com vontade de sair do apartamento, ir lá e xingar, enfim, fazer alguma coisa. Então, entendo o que alguns dos senhores e senhoras vivem.

Passemos à fala dos inscritos. Cada um vai ter três minutos, vai levantar, tem ali um microfone, dependendo das pontas, e ali vai marcar o cronograma. Eu vou precisar que os senhores e as senhoras, por favor, cumpram os três minutos. Se não cumprirem, eu vou precisar interromper para que a gente ouça todas e todos. Porque eu tenho certeza de que todo mundo que se inscreveu tem alguma coisa para falar, como ele disse, um desabaço, uma sugestão, uma questão importante. Então realmente vamos seguir os três minutos que vão ser dados, está bom?

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 29 DE 68

Então a primeira pessoa inscrita é o Daniel Freire.

O SR. DANIEL FREIRE – Boa noite.

Bom, existe uma máxima de todos que a gente viu: um problema social, de saúde. E eu quero dividir rapidamente – porque, sei lá, precisaria de uma hora para falar da minha trajetória com esse problema – a questão de uma criança que nós acolhemos em 2021, em meio à pandemia, que tem múltiplas deficiências, múltiplas comorbidades. Apesar de ser extremamente inteligente, é uma criança que tem agenesia do corpo caloso, dextrocardia, tem um pulmão funcional, é cego e escuta muito.

Bom, nós somos impactados pelo ruído desde sempre. Eu tenho mais outras três filhas, e na nossa rua havia bares, nós fomos expulsos da rua porque não aguentávamos mais conviver com aquela situação. E o que eu tenho como percepção em relação ao poder público é a falta de ação, é a omissão e é a corrupção, a corrupção da fiscalização, dos fiscais. Inclusive, na região da Aclimação e da Vila Mariana – e olha que é difícil dizer isso –, havia uma taxa, chamava-se de condomínio, que eles pagavam para permanecer com seus modelos de negócios daquela forma, incomodando todos.

E eu, olhando para a lei, aprendendo sobre a lei, postulando ação na Fazenda Pública contra a Prefeitura, enfim, indo ao Ministério Público, indo ao Ministério Público do Meio Ambiente, vindo aqui várias vezes, aprendi que basta respeitar a lei para a coisa funcionar, porque a legislação existe. (Palmas)

Nós nunca fomos realmente amparados pela legislação.

Um bar, para funcionar depois das 23h até 1h da manhã, precisa ser acústico. Isso ninguém fala. Dizem que ele pode funcionar até 1h da manhã. Não, mas ele não pode se tiver música, som ambiente, música ao vivo, gente na porta; ele não pode. E os bares acabam com o microambiente das famílias, eles invadem a nossa casa. (Palmas)

Eles invadem as nossas vidas e eles impõem a nós o ambiente deles, dentro de nossas casas. O ruído não tem um limite, uma fronteira, você não fecha a porta e está tudo bem. Se você não tem condição financeira de colocar uma acústica, uma proteção acústica da sua

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 30 DE 68

casa, você é muito mais impactado.

Então esse problema que todos já conhecem é minha luta de anos. Eu não vejo efetivamente melhora, não vejo. Eu espero que agora, com o Marcelo, com a Cris e com o pessoal tendo uma atenção mais focada no problema, a gente consiga avançar um pouco mais. Mas é isso, o sofrimento da minha família, do meu menino, meu, da minha esposa, tudo o que a gente passou é o drama de muita gente que vive isso em ruas que têm bares, restaurantes e tudo mais.

Obrigado, pessoal. Boa noite. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – Obrigada, Daniel.

A próxima pessoa é a Egle.

A SRA. EGLE PRESCHER IACONELLI – Boa noite, Cris Monteiro, cumprimento você em nome de todo mundo, está bom? Eu sou Egle, sou do Sinesp – Sindicato dos Especialistas em Educação. Vou falar de um ambiente, acho que do meu umbigo, gente, da escola.

Essa coisa de sonoridade, o barulho, também existe dentro da escola e isso traz muito problemas de saúde tanto para a criança que está lá, como para professor, funcionário, causa estresse. Tudo isso que a fono falou eu tinha na minha lista; nem vou ler. Mas depressão, estresse, tudo isso. Porque a gente tem um barulho interno que é o próprio ruído da criança, do recreio, do alarme quando vai mudar de aula, da aula de educação física. Tudo isso atrapalha muito porque dispersa a criança. E hoje em dia a gente tem muitas crianças com problema de aprendizado, tem os autistas. Cresceu muito o número de alunos com problemas.

Então dispersa, qualquer jogo eles querem olhar na janela. Faz barulho, daí o professor fala mais alto, a corda vocal dele vai para... estoura, vem a depressão, falam mais alto, o aluno entende errado porque o barulho está atrapalhando. E tem aquele barulho externo, a buzina, o avião, o carro do ovo, a ambulância, tudo isso que a gente já conhece.

Então eu tenho duas sugestões. Tudo que vocês falaram, gente, eu aplaudo mesmo. Porque primeiro, engenheiros e arquitetos, quando forem construir a escola, eu sei que tem

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 31 DE 68

aquele padrão de escola, mas olha se aquele padrão é legal para a escola. Porque normalmente eles colocam a quadra assim... Eu era diretora de uma escola que tinha 20 salas em cima e a quadra ficava bem na janela de todo mundo. Então adivinha: campeonato, dava alguma música para uma ginástica artística, tal, todo mundo... O professor, adivinha o que acontecia; a criança, adivinha também. Então olhem onde vocês vão colocar a quadra, onde é o ideal, gente. Não pode colocar em frente às classes.

E os ruídos externos, vocês já deram a sugestão: vamos educar todo mundo, a nossa comunidade, o respeito, para que a gente possa melhorar, está bom?

É isso. Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – Obrigada, Egle.

O próximo é o Daniel Sabino.

O SR. DANIEL SABINO – Boa noite. Obrigado, Cris Monteiro, pela oportunidade.

Obrigado a todas e todos.

Meu nome é Daniel, estou representando várias pessoas que moram na Vila Mariana e que estão tendo problema com um bar específico que fica na rua Joaquim Távora, chama Genuíno. É o problema que todo mundo já relatou, você vai, você conversa com o bar, o bar fala que vai baixar, não baixa. Você chama a polícia, a polícia – vamos combinar – tem várias outras coisas para fazer. Mas às vezes a polícia vai, eles baixam e depois aumentam de novo.

Então o que está acontecendo é: esse bar não atua como bar, um bar. Ele tem música ao vivo, mas não é aquela música ao vivo que tem um banquinho, violão, dois integrantes na banda. É uma banda muito grande, tem seis, sete, às vezes oito pessoas. Mais ou menos a situação que o colega que mora na Paulista estava falando, porque a gente mora atrás do bar. Só atrás do bar tem cinco edifícios, então forma uma espécie de vale. E o ruído sai por trás do bar. Se você usar um decibelímetro na porta do bar, até que fica mais ou menos dentro do que o PSIU permite. Mas se você medir com o decibelímetro dentro da nossa casa, o som chega até o 12º andar, superalto.

Eu queria dizer também isso para Vereadora, para as autoridades, essa questão do

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 35

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 32 DE 68

decibelímetro. Às vezes eu acho que o decibelímetro não deveria ser a única forma de medir o ruído. Ele não é capaz de captar o incômodo que o ruído gera. No nosso caso lá, os decibelímetros às vezes ultrapassam um pouquinho. Mas é como a sensação de temperatura, às vezes tem lá 26°, 27°, mas a sensação térmica é de 32°, 33°. A sensação de ruído que a gente tem dentro da nossa casa – como colega falou, parece que tem uma banda dentro da sua casa – é uma sensação muito maior. Então precisa ter... Não sei exatamente o que seria, mas pensar formas para a gente captar esse incômodo, que não seja só o parâmetro do decibelímetro.

Tenho mais alguns minutos, deixe ver se eu estou esquecendo alguma coisa.

Ah, coisas que já foram feitas lá. Nós temos contato com a Associação da Vila Mariana e, segundo o que nos foi dito, multas já foram aplicadas. E a polícia vez ou outra vai lá, eles baixam o som, depois aumentam de novo. Mas tem uma terceira coisa que já aconteceu, não com esse bar especificamente, mas aconteceu com o bar vizinho, que é o Quintal do Espeto. O Quintal do Espeto, coisa de dois, três anos atrás, ficou fechado, ficou lacrado por uns meses, então tinha aqueles blocos de concreto na frente. O que o Quintal do Espeto fez? Acústica bem-feita.

Então nós não queremos fechar o bar. O bar é importante, ele está atendendo a população, a população precisa de lazer, isso é legal; e tem trabalhadoras e trabalhadores que precisam, que dependem do bar. Então não se trata de querer fechar o bar, mas a gente quer assim: se o bar quer atuar como casa de *show*, precisa ter uma licença para atuar como casa de *show*. E, para conseguir essa licença, eles vão ter que se adequar às exigências de acústica, coisa que eles estão se negando a fazer.

O que a gente pede do poder público? Se a multa não adianta e se a polícia não pode ir toda hora, que tentem talvez fazer a lacração. Ou, se a lacração não for uma alternativa, que tenha alguma alternativa que realmente pressione o bar.

Obrigado a todas e todos. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – Obrigada, Daniel.

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 33 DE 68

A próxima é a Débora Carone.

A SRA. DÉBORA CARONE – Boa noite, pessoal.

Faço parte do Movimento Zona Oeste Sem Ruído, que faz parte da Frente Cidadã. Sou moradora do bairro da Lapa. A situação no bairro já acontece há muitos anos, é um problema que acontece há mais de dez anos, tem matérias até na internet sobre isso, que é o ruído de helicópteros.

Ali a gente está embaixo de uma rota chamada Rota Especial de Helicóptero Marte. Só que o que acontece é que o fluxo de helicópteros é absurdo. A altitude em que os helicópteros voam é abaixo da que é estipulada para rota. A gente observa que não tem fiscalização. A quantidade de voos também é absurda, no final de semana pode chegar a 50, 100 voos por dia; o fluxo é altíssimo, feriado.

Eu tenho, já por meio do Movimento, acionado diversos órgãos. Sei que envolve órgãos federais e a gente está sempre envolvendo a ANAC, envolvendo Decea, como a AESA, muitos órgãos em que todas as respostas são muito protocolares. A gente percebe que é tudo muito fragmentado e o problema continua. Ontem, por exemplo, final de semana, em 35 minutos foram dez voos. O barulho passa de 70, 75 decibéis. No bairro da Pompeia tem relatos e vídeo, inclusive, que eu recebo de 90 até 100 decibéis, isso o tempo todo, causando muito estresse, sobretudo para quem trabalha em casa. É o meu caso também.

Então é um problema muito crítico e a gente não tem... Estou, junto ao Ministério Público, também acompanhando um caso, mas gostaria de pedir uma atenção especial, para olhar para essa questão do ruído aeronáutico, especificamente de helicópteros, nas propostas de solução de despoluição sonora.

Acho que é isso. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – Obrigada, Débora.

A próximo é Maria Laura.

A SRA. MARIA LAURA FOGAÇA ZET – Boa noite a todos. Eu sou a Maria Laura, sou arquiteta urbanista, também faço parte da academia, estou até pensando em fazer doutorado

para tentar defender.

Então, assim, nós estamos na Casa do Povo, a Cidade é nossa. Os decibéis recomendados, das 7h às 20h, são 55. Então por que a gente não usa o que é recomendado? Por que a gente tem que ficar brigando? Porque já teve abuso, já teve jabuti nas *dark kitchens*, tentando aprovar decibéis.

Gente, decibels e decibéis estão certos, então, se eu falar um dos dois, não pense que eu sou ignorante, por favor. Eu assisti, por 12 horas, uma audiência pública do IPT e eles falavam decibels. Então pronto, está esclarecido.

Eu sou uma ativista, estou na Sampauba, que é da City Lapa, estou no Movimento Defenda São Paulo, faço parte do Bosque dos Salesianos, da Casa do Piauí, da Nova Raposo, do Butantã, da Sena Madureira. Então o que a gente está ouvindo é barulho de ruído de serra cortando as árvores. Nós estamos na semana da COP, nós estamos falando de saúde ambiental, então é meio ambiente. Nós fazemos parte do meio ambiente, a gente precisa das árvores. (Palmas) Então é tudo, é poluição sonora, ambiental, do ar, da água.

Eu também sou conselheira do Parque da Água Branca e lá a gente quer ouvir o barulho das galinhas, então as galinhas precisam voltar, entendeu? (Palmas) Então a gente quer, é possível, a gente tem tecnologia, a cidade de São Paulo é riquíssima, o Estado de São Paulo é riquíssimo. É uma vergonha que a gente não faça valer a legislação.

Gente, é o que ele falou, põe um lacre acústico nos ambientes que incomodam. Porque é isso mesmo, ele falou bem, os decibéis são da sua casa que incomodam. Às vezes você chega lá, não está, mas ele sobe e está maior. Então tem todo um estudo que fala sobre isso, e é onde você está.

A cidade é nossa, nós trabalhamos e temos o direito de dormir em paz. (Palmas) Então é contra pancadão, *shows*. O Anhangabaú, gente, é uma vergonha, porque Anhangabaú deixou de ser circulação, virou um... Então estamos querendo espaço público. Chega de privado em cima da cidade que é nossa. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – Obrigada, Maria Laura.

Agora é a Magali.

A SRA. MAGALI SCHIMITT – Boa noite. É a primeira vez que estou aqui. Eu estou bem impactada. Muito obrigada a todos vocês que estão pensando, atuando nesse sentido. Eu fiquei esperançosa em ouvir, aprendi muita coisa. Muito obrigada a vocês.

Eu sou portadora de misofonia e de hiperacusia. A misofonia algumas pessoas já conhecem. Para quem não sabe, é uma aversão ao som, a alguns tipos de som. E a hiperacusia é quando você ouve muito. Então na misofonia tem barulhos específicos.

Eu venho trazer uma proposta de pensar de um outro ponto de vista. Eu vi que a doutora colocou o cachorro tampando o ouvido. Mas o cachorro late e late bastante. E não é um cachorro; é o seu, é o dele, é o do outro vizinho; é o proprietário, o dono do cachorro, que sai e deixa o cachorro, domingo, o dia inteiro latindo no apartamento dele. (Palmas)

Então a minha proposta é nós organizarmos, como já organizamos o cocozinho do cachorro na rua. Não é proibir, é controlar, é organizar. Um aspecto pedagógico: talvez as pessoas não saibam que um adestramento resolve isso. O cachorro late porque acha que ele é o dono da casa, mas o dono da casa é o dono da casa. Então, o aspeto pedagógico de ensinar que existe o adestramento, de informar que não é uma bateria dentro do seu apartamento, mas é um canil. Dentro do meu apartamento é um canil, cachorro latindo o dia inteiro. Eu durmo mal, eu tenho acompanhamento com vários médicos por causa justamente da misofonia e da hiperacusia.

Então a minha proposta é que a gente comece a pensar numa organização desse ruído provocado pelos cachorros, pelos seus donos, para os seus donos serem instruídos de que existe uma solução, que é o adestramento, e que eles incomodam outras pessoas, porque o som entra no apartamento do lado.

A minha vizinha tem três cachorros. Hoje, as pessoas estão tendo cachorro. Então, acho que pode ser uma demanda que, pelo o que eu vi, pelas palmas, parece que tem mais gente, até sem misofonia, que também já está incomodada.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 39

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 36 DE 68

Então, a minha vizinha tem três cachorros, o vizinho de baixo também tem cachorro, fica na varanda. Quando eu estou trabalhando em *home office*, qualquer coisa que acontece, o cachorro late. A minha vizinha que tem os três cachorros quando eles começam a latir, ela começa a gritar com eles para pararem.

A bateria é difícil. Mas o cachorro, todos os dias, ininterruptamente, toda hora... E as pessoas falam: “mas o meu cachorro late”...

A minha proposta é nós pensarmos na possibilidade de um aspecto pedagógico, de um controle, de uma educação de que pode ser adestrado e organizarmos como a gente organizou o cocozinho do cachorro.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – A próxima é a Lucia Amaral.

A SRA. ALDA LUCIA AMARAL AYRES ROSSELLI – Pessoal, boa noite a todos.

Eu vou me dirigir mais aqui porque eu acho que a gente compartilha dos mesmos ou problemas bem parecidos.

Então, primeiro gostaria de agradecer a Cris Monteiro, ao Marcelo, a Cris por ter ajudado a gente.

Eu represento a Amorpi, que é uma associação recém-criada que abrange os moradores da Alameda Rio Claro, Itapeva e Pamplona.

A Cris nos ajudou a ter conversa com alguns órgãos públicos, com a Subprefeitura, com a Siurb.

É a primeira vez que eu estou participando de uma audiência pública e eu fiquei muito impactada por um problema tão sério de saúde e, com todo o respeito aos representantes da Secretaria, a gente não estar com os titulares. Ter outro compromisso para uma audiência que já está marcada há algum tempo, no mínimo, é revoltante. Então, eu queria deixar registrado isso.

A gente realmente está falando de um problema de saúde pública. E a gente tem um empreendimento, Cidade Matarazzo, que acabou de receber dois prêmios, inclusive do Chaves

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 40

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 37 DE 68

Michelin, em que um deles é por benefícios à vizinhança. E pasmem, eles receberam, eles ganharam essa chave.

Aí, eu fiz um questionamento para o grupo Michelin, para o Rosewood de Hong Kong, na sexta-feira, cansada pela nossa rua.

Nós tentamos, de todas as formas, com todos os órgãos públicos, inclusive com a Beth França e dois Subprefeitos em menos de 6 meses de criação. Nós já fizemos reuniões com todos, inclusive entramos no Ministério Público. O Ministério Público acatou a nossa demanda, abriu inquérito contra os órgãos públicos para se explicarem, mas nada resolveu.

E, nesse inconformismo, acionei, porque o nosso problema de barulho não é apenas de festa. Nós temos carga e descarga na rua e o trânsito provocado pela mudança da mão da rua da Alameda Rio Claro para atender ao empreendimento... nós temos várias demandas, é um ruído absurdo.

A gente tem muita constituição de provas, de argumentos, de documentação. São incansáveis os e-mails que a gente mandou. Inclusive, no dia 31 de outubro, fiz uma denúncia à Licenciamento porque obtive a informação de que está sendo solicitada uma autorização de funcionamento para 999 metros quadros de área e, pasmem, o evento é para 245 pessoas. 999 metros quadrados de área!

Então, eu queria colocar que o órgão público faça valer o que a gente espera deles, porque a legislação existe.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – O próximo é o Adriano.

Eu queria sugerir que a pessoa fique atenta ao relógio e, quando estiver faltando 15 segundos para os três minutos, já ir encerrando, porque se você vai encerrar nos três minutos, vai levar mais 15, 20 segundos do próximo orador. Obrigada.

O SR. ADRIANO – Boa noite a todos.

Vou falar hoje sobre o problema da segurança pública

Primeiro que a segurança pública não sabe a diferença entre o que é poluição sonora e perturbação do sossego, já começa por aí. GCMs, policiais militares... se fizer essa pergunta individualmente para cada um deles, eles não sabem responder, eles não sabem a diferença.

Outra situação é que a perturbação do sossego não tem medição, não existe medição, a legislação deixa isso muito claro. Lei das Contravenções Penais, artigo 42: não existe medição.

Então, a maioria dos problemas que todos os senhores passam aqui, se as forças de segurança pública cumprissem as leis que já existem... e vou citar algumas... o Código de Processo Penal, artigo 6º, inciso II determina a apreensão do aparelho de som e, no flagrante delito, que é o Código de Processo Penal, artigo 302.

Outra situação que as forças de segurança não cumprem é que se trata de uma ação criminal pública incondicionada. Não precisa de nenhum dos senhores ir lá se apresentar, se expor naquela situação na frente do seu vizinho. Eles têm que agir de ofício, Lei das Contravenções Penais, artigo 17, ou seja, presenciam o problema, vão lá e agem. Assim como está na própria Lei das Contravenções Penais a questão da arma branca. Eles não esperam alguém ligar no 153, no 156 ou no 190 para ir lá e agirem contra aquele cidadão que está com uma arma branca no meio da rua. Então, está na mesma Lei das Contravenções Penais.

Então, as leis existem, basta cumprir. Se não dá para atender todo mundo, o que tem que ser feito? Fazer por amostragem. A partir do momento que começar a ser veiculado em jornais, nas mídias que estão apreendendo som, estão responsabilizando criminalmente... Lei 9.099, artigo 69, está lá, tem que responsabilizar criminalmente, tem que fazer a condução do perturbador de sossego para a DP, está escrito.

Então, tudo o que eu estou falando aqui, eu não estou inventando a roda, já existe e as forças de segurança não cumprem.

A conversa deles é que o cobertor é curto, que existem crimes de maior potencial ofensivo. Isso não é problema nosso, isso não é problema nosso! A cracolândia não era problema nosso e tiveram que resolver; na Avenida Paulista, o furto de celulares não é problema nosso, e

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 39 DE 68

agora tem GCM em cada esquina, na Avenida Paulista, no Bom Retiro, no Brás, no Centro... não é problema nosso, tem que atender tudo.

Essa situação precisa ter um fim. E como vai ter um fim? Cumprindo as leis, que já estão aí. Não precisa de nada, não precisa de decibelímetro, não precisa de nada. O ouvido do agente de segurança pública é suficiente.

Então, o que nós precisamos é que sejam cumpridas as leis que já existem e tirar, por exemplo, GCMs e policiais de dentro desses batalhões, dessas bases. Um policial militar faz um curso de 2.500 horas para ser jardineiro, para ser motorista de coronel, para ser telefonista... isso pode ser feito administrativamente. Na GCM é a mesma coisa: eles colocam três guardas na rua e ficam 100 dentro dos quartéis.

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – O próximo é o Saul.

O SR. SAUL NAHMIA – Boa noite a todos. Vou tentar ser bem breve.

Agradeço essa iniciativa da Vereadora Cris Monteiro.

Cumprimento todos os representantes da Mesa, o Marcelo Sando, que é da nossa capitania, da nossa frente, o grande parceiro de anos, Waldir Arruda.

Primeiro, vou apresentar alguns problemas que nós temos no Bom Retiro, que é um distrito da região central.

O que as pessoas em geral reclamam lá? Nós temos bastantes, o que todo mundo deve ter, bares com som, que é uma coisa. Bares com carros com poderosos aparelhos de som no carro, ou seja, poluição sonora veicular. Nós temos uma outra coisa, que está se proliferando na cidade, que são os estacionamentos que, sexta, sábado e domingo, viram bares, que viram eventos. Ou seja, durante a semana, que tem mais movimento e que se precisa de carro, eles trabalham com estacionamento, e, no final de semana, viram entretenimento com barulho.

Nós temos também espaços públicos, como parques e praças, em que a Prefeitura faz eventos. Eu falo que, atualmente, nós estamos vivendo na era do “eventismo”. Tudo tem que ter evento. O problema é que, toda vez que tem um evento, tem barulho, tem que ter caixas de

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 43

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 40 DE 68

som poderosas. Quem sofre com isso? Quem mora na cidade, porque, hoje, em todo lugar da cidade de São Paulo, está tendo evento.

E, ao mesmo tempo que nós estamos pedindo uma ajuda ao Poder Público nesse sentido, no caso à Prefeitura especialmente, nós temos um problema que é o conflito de interesses, porque a própria Prefeitura promove os eventos e nós vamos pedir socorro a ela. Fica complicado, não é? Como que vai ser? Como nós vamos mediar isso para que seja...

Nós temos uma série de ferramentas que foram propostas, mas o que eu acho que poderia ser muito útil é uma boa vontade e uma nova programação cultural, porque, na verdade, essa questão cultural no Brasil de barulho é muito grande, não só aqui em São Paulo. Tudo no Brasil tem que ser barulhento, é uma questão cultural. A formação, desde a criança até o adulto, não contempla mais, hoje em dia, o silêncio. Você vai em um parque, tem barulho, você não escuta a natureza, você não escuta os pássaros, você não escuta nada. Então, aonde está a apreciação disso? Fala-se muito em meio ambiente, mas a gente não consegue mais interagir com o meio ambiente por conta da poluição sonora.

Para encerrar, acho que é isso. Acho que nós temos que trabalhar essa questão cultural.

Vou terminar citando uma coisa que o Marcelo Aquilino, do IPT, com quem a gente teve uma aula, falou e que eu achei sensacional: nós temos uma ferramenta à mão, muito fácil. Está à distância da mão: o botão de volume.

É isso, gente, obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – Obrigada, Saul. A próxima é a Maria Constança.

A SRA. MARIA CONSTANÇA – Boa noite, pessoal.

Eu vim aqui dizer que, antes do tal famigerado mercado chegar à Faria Lima, à Vila Olímpia já existia. Estou lá há 26 anos e, antes disso, eu estava ainda na Faria Lima, em outro local.

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 41 DE 68

O mercado chegou com um helicóptero. Em menos de um quilômetro, temos 10 helipontos. A menos de 200 metros, temos um hotel chamado Blue Tree Faria Lima. Só ontem foram quase 15 helicópteros. 15!

Vocês sabem quantos decibéis eu escuto todos os dias porque eu trabalho de casa? 90! Eu tive que comprar uma porta acústica de 10 mil reais e ela não funcionou.

Desculpa, ontem eu fiz um Instagram e te marquei horrores por causa da audiência, e vocês já me bloquearam. Eu não posso mais te marcar. Chama “Chega de helicópteros São Paulo”. Eu fui colocando, a partir das 15h, com a Débora da Zona Oeste, que eu me uni... vocês não sabem o quanto eu sou invisível.

O Prefeito quer que eu saia da minha casa e venda o meu apartamento para ele revender para aquela região. Vocês sabem o que é ter obra? A rota do avião, o que eu posso fazer com a rota do avião?

Agora, como é que o Blue Tree vende... eu estou até tremendo, vocês não têm noção. Eu tive vontade de me jogar da janela ontem. Eu tive vontade de me jogar. Eu tenho 45 anos. O meu pai na Faria Lima ficou surdo. A minha mãe na Faria Lima ficou surda. Eu não posso sair de lá agora. Eu vou vender meu apartamento e vou comprar qual apartamento com o valor? Um de 20 metros quadrados. Vocês acham que tem cabimento?

Desculpa, mas eu estou desesperada. Eu estou desesperada, desesperada. Vocês não sabem o sentimento que eu tenho de estar... eu quero sair daquele lugar e eu não posso. Eu não posso sair. O que eu faço? Eu não sou elite, eu sou classe média.

O que eu faço? Eu quero uma água, eu quero que alguém faça alguma coisa.

Eu já fui ao Ministério Público de São Paulo, e eles não podem fazer nada. O Ministério Federal, sei lá o que está fazendo. A polícia ontem... vocês sabem o que a polícia fez? Me encaminhou para uma IA, uma inteligência artificial. Como é que eu vou falar com uma inteligência artificial sobre o que eu estou passando?

Desculpa, gente, perdão.

Entrem no Instagram “Chega de helicópteros em São Paulo” e vejam pelo o que eu estou passando, vocês não vão ter nem ideia...

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – O próximo é o Alan Sales.

O SR. ALAN SALES – Olá, boa noite a todos.

Meu nome é Alan Sales. Moro aqui na Avenida São Luís há muitos anos e estou enfrentando, há mais ou menos três anos, um problema com o Círculo Italiano. Eles dão festas todos os finais de semana. O meu prédio treme, a janela treme. Eu moro no 14º andar.

Estou à base de Rivotril há 12 anos. Sábado eu fui parar no hospital com pressão a 18, porque eles deram duas festas: uma no primeiro andar e outra no segundo andar, ao mesmo tempo. A festa terminou às 5h da manhã. Eles colocaram três geradores na porta. Só com o barulho dos geradores, ninguém dorme mais. Eu já estive lá várias vezes, já conversei com a direção, e me disseram que eles não podem fazer nada porque eles terceirizaram o Círculo Italiano.

Outro problema que eu tenho acompanhado junto com o Conseg é que eles não podem fazer nada porque o Círculo Italiano cede a sala para as reuniões do Conseg. Eu ouvi o presidente dizer que não vai poder fazer nada porque o clube é terceirizado, então não se consegue fazer nada.

Eu tenho vizinhos doentes, eles estão doentes. Vai chegando sexta-feira, as pessoas começam a tremer, não conseguem dormir. Eu tenho um sobrinho que é autista e ele começa a gritar na janela, ele tem ataques. Quando ele vê o gerador da porta, ele já começa a andar pela casa.

Então, não é brincadeira o que a gente está passando com o barulho.

Eu já estou há três anos atrás do PSIU, que não funciona. A Prefeitura não funciona. A polícia não pode fazer nada porque eles também não estão preparados para apagar esse tipo de incêndio, porque não é nada. Para quem ouve, não é nada. Esse tipo de barulho não é nada, entendeu?

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 43 DE 68

Então, está muito difícil para a gente, está muito difícil. Eu não consigo ter um retorno nem da Prefeitura, nem do PSIU.

O PSIU não existe, porque eles te jogam numa máquina, você tem dois minutos para fazer a reclamação e cai a linha, então não tem como.

A única pessoa que me atendeu dois anos atrás foi a Cris, que não sei como que eu achei. Liguei pedindo socorro, ela pediu uma reunião comigo, ela falou para eu vir à audiência conversar, mas eu fiquei totalmente doente na época e não consegui mais falar com a Cris. Muito obrigado pelo carinho de dois anos atrás. Não sei se você se lembra, mas te agradeço. E por hoje também, foi muito bom você ter nos reunido, porque ninguém nos ouve, ninguém.

Muito obrigado, gente.

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – Eu já tenho até a informação da quantidade de agentes videntes que a gente conseguiu, que são 35, sendo 30 nas ruas e 5 em treinamento. Essa foi a informação que eu recebi depois que a gente pediu.

A próxima é Christine de Toledo.

A SRA. CHRISTINE DE TOLEDO – Boa noite. Eu sou arquiteta e eu me dedico à acústica há mais de 15 anos, quando eu tive um problema particular. Eu aprendi muito com o livro do Dr. Waldir Miranda. Aprendi muito. Reli várias vezes e agora eu vou relatar o problema que eu estou passando.

No final de abril, abriu um barzinho perto da minha casa. Eu, como arquiteta, sou conhecedora das leis. Eu fui ao *site* ver se ele tinha licença de funcionamento. Tinha, por um imóvel vizinho. Então, ele conseguiu uma licença de funcionamento para um imóvel vizinho, sem poder, porque há dois tipos de licença de funcionamento: com música ao vivo e sem música ao vivo. A que ele tem, hoje, é sem música ao vivo, para o vizinho. Uma moradora de outro prédio e eu estamos incomodadas, porque virou um inferno.

Outra coisa muito importante: não é porque passa das 22h. Não, durante o dia, também, você tem de respeitar os limites. A isso ninguém dá valor. Não é só depois das 22h.

Então, o que acontece? Essa outra vizinha e eu fomos à Subprefeitura da Vila

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 44 DE 68

Mariana. Fui muito bem recebida. Tentei marcar uma hora com o Subprefeito. Não consegui. Quem me atendeu foi um auxiliar dele, que está me atendendo. Qual é a resposta? “Olha, nós fomos lá. Nós os autuamos. Eles foram multados. Agora, não temos mais o que fazer. Há de esperar o prazo.”

Aí, o PSIU chegou e os multou. Vocês sabem que são três multas do PSIU. A primeira parece ser de 15 mil; a segunda, de 45 mil; e a outra, de 90 mil. O que eles fazem? Eles não pagam e abrem outro CNPJ. Sabem? Então, o que tem de ser? Meu conselho é vincular a multa ao imóvel, porque, aí, eu quero ver se o imóvel vai deixar esse inquilino fazer o que ele faz. Então, eu acho que isso é fundamental, porque é o que todo mundo falou: existem as leis.

Outra coisa: desculpe-me a polícia, mas a outra vizinha e eu estamos parecendo a personagem daquele filme. Sabem? É aquele em que a velhinha ficava espionando. Lembram-se? A outra vizinha está sendo mais prejudicada do que eu. A gente liga para a polícia e vai à IA. A polícia passa lá e sai com marmitex. Agora, a polícia nem para mais. Ficamos ela e eu ao telefone: “Você ligou para a polícia?” “Liguei.” “Passou aqui e já está passando, reto.” Sabem?

Então, é isto, gente: é preciso vincular a multa ao imóvel.

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – Obrigada, Sra. Christine. O próximo é o Sr. Brito.

O SR. BRITO – Boa noite, Vereadora Cris Monteiro. Boa noite, Mesa. Boa noite, pessoas conscientes. São Paulo é uma cidade adoentada e parece que só o Poder Público não percebe isso. São Paulo é uma cidade adoentada e o barulho vem de todo lado. Estão aí duas coisas que não combinam, que se excluem diametralmente: barulho e cuidado recuperativo com ser adoentado.

Quem não se lembra das placas de “não buzine” em volta dos hospitais? Isso era respeitado. Porque a sociedade era diferente? Porque eram outros tempos? Não sei. Hoje, que o barulho vem de todo lado, parece que nenhum esforço individual pode reverter isso. Hoje, quando as prepotências e as arrogâncias se impõem sem encontrar resistências, o fato é que estamos ao deus-dará, porque o Poder Público é incompetente ou desinteressado na questão.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 48

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 45 DE 68

Então, é um salve-se quem puder, cada um apontando um foco do problema. Há um vizinho, um bar, um *show*, um estádio. Aponta-se, já de antemão sabendo que será difícil resolver, porque o Poder Público é incompetente – ou, o que é pior: é desinteressado.

Eu estou aqui, como todos, sofrendo com um barulho urbano absurdo, também para apontar um foco específico gerador de barulho. Este é meu: as malditas motos com escapamento aberto. São milhares de focos itinerantes, gritando barulho de escapamento aberto, arrogante e ignorante barulho desnecessário. É um desrespeito gritante o que as motos fazem pelas ruas e é esse ponto específico que eu estou trazendo para a análise de vocês e para providências.

Seriam campanhas educativas. Seria a fiscalização. Seria uma legislação mais rigorosa. Em tempo de crescente uso de motos para transporte de tantas encomendas e tantos alimentos propiciados pelo comércio digital, precisa entrar no radar do Poder Público essa origem muito intensa de barulho, de poluição sonora, em cada rua, em cada avenida. Barezinhos barulhentos, atividades comerciais em locais e horários indevidos e *shows* são terríveis, mas, por favor, reparem e não se esqueçam do barulho das motos desreguladas, destruindo a qualidade de vida na cidade.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – Obrigada, Sr. Brito. Antes de chamar a próxima pessoa, a Maria está me lembrando de que eu justamente tenho um projeto de lei, Sr. Brito, que está tramitando, que vincula os radares para os ruídos de motos com escapamentos abertos. Está tramitando nesta Câmara.

A Sra. Christine falou muito bem: hoje, a lei diz que, com o PSIU indo lá, na primeira visita, constatando a irregularidade, é uma advertência. Depois, se continuar, são 15 mil. Em uma segunda vez, já seria a terceira advertência. Eu também tenho um projeto diminuindo isso, porque não faz sentido você ter de ir lá por quatro vezes – na primeira, advertência; depois, multa, multa e multa. Então, a gente está reduzindo isso. Também há um projeto da gente. Eles perdem a noção do tempo, enfim, e, obviamente, você tem de contar com o fato de que o PSIU tem de ir, com 30 agentes vistorres.

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 46 DE 68

Então, quero mencionar isso, pois são dois. Eu estou muito atenta a essa questão e a gente está tentando fazer isso, justamente. Embora a gente já tenha lei suficiente, como vocês e o Dr. Waldir já falaram, acho que há algumas coisas em que a gente pode fazer alguns ajustes. Vamos ver se a gente consegue marcar essas questões. Obrigada.

O próximo é o Sr. Bêni Becker.

O SR. BÊNI BECKER – Boa noite a todos. Vou, rapidamente, falar quem eu sou, para entenderem. No começo vai parecer estranho, mas é para entenderem a importância disso. Eu sou empresário, organizador de esportes de aventura – dentre eles, o Rally a Pé, que é uma invenção minha, de 1989. Nessa atividade, faço outros ralis e, ao contrário do que a maioria pensa, rali não é corrida. É uma atividade socioeducativa. Vários países já sabem disso. No Brasil, ainda, a mídia não mostra a verdade.

Esse esporte tanto é socioeducativo que eu o faço como treinamento empresarial a altos executivos, ao porteiro, bem como para comunidades. Já o fiz para várias comunidades carentes. Já fiquei com os índios, lá, na Amazônia. Sabem o que é morar lá por três meses? É barulho “para chuchu”. São três meses dentro de uma aldeia indígena. Está bem? É muito barulho, porque isso é uma catarse.

O som é uma catarse coletiva. Ele faz bem. É por isso que ele é viciante. As pessoas gostam do barulho e, quando você não tem uma atividade, algo para pensar, para fazer, você vai querer ouvir som. É isso o que acontece.

Isso me levou a comunidades, a fazer trabalho com várias comunidades no Rio de Janeiro: Cruzeiro, Alemão, Rocinha, todas essas comunidades, que tinham um projeto muito interessante, que era o Favela Tour. As pessoas aprendiam. Eu fiz um trabalho na comunidade de Osasco com a minha atividade e a gente levava, também, educação ambiental, para não jogar lixo, para não fazer barulho. As 300 crianças que participaram dessa atividade até hoje mantêm contato comigo. Viraram acadêmicos e cuidam do meio ambiente, diferentemente de quem não estava no local. Eles contam isso.

Então, quando a gente fala em cultura, não é só *show*. Eu peço que a gente leve,

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 47 DE 68

também, atividades esportivas, atividades que expliquem, como na escola – eu vi alguém falando sobre isso. O que aconteceu foi que nós criamos um problema grave, como aconteceu no Rio de Janeiro, e, para resolver, é mais complicado.

Para começar a resolver – e, aí, parte para serem os Vereadores –, nós temos de fazer o que fizeram com o cigarro. Lembram-se? Em 1980, o Brasil era o país mais fumante do mundo. Hoje, não é. Foi um trabalho de *marketing* e educação.

Eu vi vários problemas. Eu hoje moro numa periferia. Por causa da pandemia, minha atividade teve de parar e eu fui morar numa periferia. Lá, não adianta você multar. A loja não tem alvará, gente. Onde o cara põe o som é uma bateria. Se a polícia chegar, já tem gente na esquina passando rádio, para todo mundo desligar o som. O cara da polícia é capaz de ficar com medo de entrar no meio daquela bagunça. Com todo o respeito ao policial, mas teria de haver muito policial, ali. Eu só estou dizendo que na periferia você não vai resolver o problema do cachorro. O cachorro está na rua. O cocô do cachorro está na rua. O lixo está na rua.

Só há uma maneira de a gente resolver isso, além do curto espaço de tempo: com lei. Eu morei em Itanhaém e fizeram multa ao imóvel. Da mesma forma, há o trabalho social nas favelas, nas comunidades, que chega para fora.

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – Obrigada, Sr. Bêni. O próximo é o Sr. Bruno Maia.

O SR. BRUNO MAIA – Boa noite a todos. Quero agradecer a oportunidade de estar aqui. A gente já conversou, no gabinete, por algumas vezes, sobre esse problema. Faz meses que a gente está conversando sobre esta audiência.

Eu sou Vice-Presidente do Conseg Santa Cecília. Não foi do nosso Conseg que o rapaz, ali, reclamou, por favor. Então, estão ali o Marco Antônio, que é nosso Presidente, e a Marta, que é a Presidente do Conseg vizinho, de Consolação e Higienópolis.

Agora, são 20h20. Eu acho que os fiscais do PSIU devem estar em *home office*, como a gente viu nos vídeos, lá, da CPI do Pancadão, ou eles estão descansando, de terem visitado os bares às 15h, porque a gente abre a reclamação de que o bar abre de madrugada e

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 51

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 48 DE 68

recebe a resposta de que o fiscal foi às 15h. Assim, por que é que isso acontece há 30 anos em São Paulo e nunca ninguém investigou isso ou alguém foi ver isso? Por que isso acontece? Talvez eles estejam em *home office*, descansando.

A gente teve uma explicação muito boa sobre o efeito do ruído na saúde. A gente tem bloco de Carnaval à porta. Eu tenho 12, na minha rua – muitos deles, no mesmo dia e horário, para vocês verem como o planejamento da Prefeitura é bem feito. A Santa Casa tem bloco a 50 metros da ala pediátrica, que sai todo ano. Também não adianta nada.

A gente não tem como reclamar, porque, pelo 10º ano seguido, a Prefeitura – que diz que é uma festa democrática e ouve todo mundo – se recusa a ouvir o Conseg, as instituições de bairro e qualquer coisa que seja contrária. Aí, a gente é obrigada a ver Secretário postando, lá, vídeo, falando que é festa democrática, e, ainda, dono de bloco, que ganha dinheiro, falando que eles não são ouvidos, sendo que eles fazem o Carnaval e ninguém ouve o resto.

Eu tenho a impressão, ainda, de que o nosso querido onipotente Alexandre Youssef ainda manda em São Paulo, porque ele mandou durante tantos anos e nada do que ele fez foi modificado. Inclusive, ele nos acusa de coisas que a gente não fez. Ele gosta de mentir. Então, talvez ele ainda mande no Carnaval e a gente não está sabendo.

Para finalizar, a nossa região está virando uma Vila Madalena. Começou com ocupação de calçada. Hoje, há ruas sendo fechadas por três ou quatro vezes por semana, com *shows*. O argumento sempre é este: de que a rua é pública e a pessoa pode fazer o que quiser. A senhora, ali, já sugeriu, mas tem de ser feita alguma coisa em relação às multas, porque eles multam, abrem, multam, abrem, reabrem e não acontece nada, não é?

O que eu falo nas reuniões, sempre, é: a Bancada do PSOL tem de “encher o saco” do Coronel Salles, para que diminuam as fiscalizações da Prefeitura. Então, eu sinalizo a mesma coisa, que eu falo, todo mês, na nossa reunião: vão bater à porta deles, também, e cobrem. Não fiquem só vindo aqui. Cobrem da Bancada do PSOL por que eles defendem isso. Está certo?

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – Obrigada. A próxima é a Sra. Dirce.

A SRA. DIRCE – Boa noite a todos. Obrigada, Vereadora Cris Monteiro, parceira que nos procurou e trabalhou com a gente.

Eu sou da Amorpi. A colega Alda já falou, agora, há pouco tempo, mas eu acho que a nossa situação tem algumas peculiaridades e vale a pena mais uma pessoa mencioná-las. A Amorpi é uma associação que foi criada recentemente, como ela disse, mas os nossos problemas vêm há mais de 12 anos.

Nós moramos no entorno de Cidade Matarazzo, onde há o Hotel Rosewood e a Soho. Há uma série de empreendimentos ali. Como moradores, nós aguentamos, durante 12 anos de obras, retirar a terra que deu origem a 200 mil metros quadrados de área construída. Durante todo esse período, na frente das nossas casas, havia caminhões de caçamba, as madrugadas inteiras.

A gente esperava por uma melhoria e volto ao que os colegas falaram, também: São Paulo é uma cidade rica. Ela não precisa de privatização. Ela não precisa de recurso de todas essas festas que faz. A nossa rua foi colocada como uma área concedida por 30 anos. Quer dizer, depois de aguentar 12 anos de obra e uma caçamba a noite inteira na tua orelha, a gente teve de aguentar mais as obras da contrapartida pública, que foi uma contrapartida que não existe, uma contrapartida que foi feita pela metade.

A Prefeitura não fiscaliza. Os órgãos públicos não fiscalizam. Falta vontade política. CET, já que estamos falando de barulho, então vamos falar de barulho de um trânsito que fica intermitente, de uma carga e descarga, noite e dia. É uma coisa que acontece 24 horas por dia, sete dias por semana, porque esse evento não para.

Eles não têm a licença. Nós fizemos um pedido. A Prefeitura recebeu no dia 31 de outubro a solicitação de mostrar uma licença. Eles têm licença para eventos de até 240 mil pessoas. Nós mandamos para a Prefeitura uma lista de 600 pessoas em cada evento – isso, todos os dias, gente. São 12 anos, todos os dias, depois de aguentar barulho de obra, que a gente já aguentou, todo esse tempo. Aí, vieram os eventos, que não param, que são diários. Durante a noite, estão levando os caminhões que vão transportar a infraestrutura dos eventos e

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 53

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 50 DE 68

retirando-a na madrugada. Então, são 24 horas.

A Prefeitura sabe. A Prefeitura é notificada. Há milhares de dossiês que nós enviamos. Quer dizer, não há vontade política. Nós somos cidadãos que pagam o seu IPTU, mas eles se rendem para quem paga, para quem traz dinheiro, para enriquecer quem? Para enriquecer meia dúzia, enquanto o morador está lá, se lascando. A Prefeitura de São Paulo deixa o morador completamente abandonado. Não fiscaliza. Não tem vontade política. É essa a situação que a gente vem enfrentando.

A Cris está aqui, de prova. Nós já tivemos reunião com a Elisabete França e com todos os dirigentes das Secretarias envolvidas, de obras e de todas as outras. O PSIU tem mais de 500 reclamações e, assim, é noite e dia, gente, por 12 anos. Está todo mundo pirando. Assim, não é uma coisa eventual. Não é no final de semana.

Chega! A gente se cansou. Assim, ao tentar conversar com o empreendimento, eles não fazem nada, porque eles têm costas quentes. Nada acontece contra o Cidade Matarazzo.

Assim, fica aqui o pedido para que a Prefeitura cumpra a lei e que se coloque à disposição do cidadão que paga IPTU. É essa vontade que a gente quer.

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – Obrigada, Sra. Dirce. O próximo é o Sr. André.

O SR. ANDRÉ - Boa noite a todos. Sou síndico de prédio. Eu tenho dois prédios e, neles, há mais ou menos 350 famílias que se prejudicam por causa de dois bares: um na região da Vila Madalena, perto da Fradique Coutinho, e outro mais para baixo, em Pinheiros, e os dois distam um quilômetro um do outro.

Há meses convivemos com um problema que não tem fim. Um bar é na verdade uma pizzeria – tem CNPJ de pizzeria –, que não tem qualquer isolamento acústico, não tem nem telhado, é um lote. Na verdade, o bar se chama Lote, porque é um lote que tem um telhadinho de acrílico onde a pessoa faz *show*, usa megafone, fala com os clientes com megafone. Ontem à noite, domingo, estava cheio. Lá cabem 100 a 150 pessoas. Aí, você pensa: um bar com 150 pessoas prejudicando 300 a 400 que moram no entorno, e essas pessoas são prejudicadas toda

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 54

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 51 DE 68

vez. Então, para 100 pessoas, 150 pessoas se divertirem, você prejudica 400 pessoas que estão no entorno. Já houve registro de reclamação no PSIU, ação no Ministério Público, tudo o que se imaginar, e o gerente do bar fala: “Não, a gente desliga tudo às 22h”. É mentira, porque ontem eram 23h30 da noite e estava simplesmente assim.

– Orador exhibe celular e reproduz vídeo referente à denúncia.

O SR. ANDRÉ – E o bar é esse aqui, é um telhadinho de acrílico. Ou seja, eles não fazem “nada”. O outro caso é um bar mais embaixo e também tem bastante gente envolvida. É um bar menorzinho que simplesmente coloca as pessoas na rua, as pessoas ligam o som do carro, ficam gritando, badernando, cantando alto com violão, e o bar serve à mesa. Fomos atrás para saber se eles têm autorização para servir na calçada; não têm. A gente está com um processo judicial contra ele. Aí, chega o juiz e pede uma perícia judicial para ver se a calçada comporta o número de pessoas que há – um absurdo. Eles não têm alvará para a calçada, não têm nada, e o juiz pede a perícia. A gente tem que pagar mais 18 mil reais para fazer essa perícia judicial, senão a gente perde o processo. A gente tentou um acordo com o bar, e eles disseram: “Nós vamos melhorar”. Mas e aí? A gente vai pagar os 18 mil reais para ter nosso direito garantido ou a gente vai fazer um acordo com o bar e sofrer para sempre com isso? Detalhe: é um prédio de 1969, onde moram pessoas há muito tempo; todo o entorno viu os barzinhos crescerem, e não há projeto, Plano Diretor, nada que mude essa situação. Além disso, o Carnaval passa na nossa porta também com muita baderna e urina, aquelas coisas todas. Muito obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – Obrigada. Próxima inscrita Jupira Cauhy.

A SRA. JUPIRA CAUHY – Boa noite. Meu nome é Jupira. Moro em um lugar onde foi construída, muito próxima da minha casa, a Arena Allianz Parque. Então sou do movimento, participo da Frente Cidadã pela Despoluição Sonora.

Quero agradecer à Vereadora Cris pela realização desta audiência e também por você ter votado contra os projetos de lei de 2022 e 2025 que o Prefeito mandou para esta Casa aumentando o limite de ruído na cidade. (Palmas) Foram poucos os Vereadores e Vereadoras

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 52 DE 68

desta Casa que votaram contra esses dois projetos, a grande maioria votou a favor. Então, a gente precisa acompanhar quem vota e quem não vota.

Esses dois projetos de lei foram apresentados quando um grande gerador de ruído privado recebeu fechamento administrativo por recorrência de multas por ruído acima do permitido em alvará. Então, para facilitar a vida de um privado, quem propôs e quem votou nesses projetos prejudicou a cidade inteira. Essas duas leis aprovadas foram derrubadas porque elas eram inconstitucionais.

Quero falar sobre a apuração dessas ações. A gente precisa apurar essas ações que prejudicam a saúde da população da cidade para beneficiar interesses privados. Isso que eu falei, eu provo, está documentado, não é denúncia vazia. É preciso que o Parlamento, o Executivo e, o Judiciário defendam o interesse público – nesse caso, a saúde e a qualidade de vida da população. Nós precisamos – Vereadora e Secretária Julia – de uma maior parceria da SMUL, da Secretaria de Licenciamento Urbano, que é quem emite os alvarás de eventos temporários e de uso do solo. (Palmas)

Aqui a gente só denuncia e só briga com a Secretaria de Subprefeituras, que tem o PSIU, mas a gente se esquece de que, no nosso caso da Arena Allianz Parque, do Anhangabaú, do Pacaembu, do Memorial da América Latina, do Morumbi e outros, quando se trata dos eventos temporários, quem emite esses alvarás é o Contru, vinculado à SMUL.

Esses eventos temporários são autorizados em dias e horários inadmissíveis, como no caso do Vale do Anhangabaú, durante a madrugada. O pancadão do Anhangabaú tem alvará de evento temporário autorizado pela SMUL.

Por longos períodos, em áreas residenciais, como no entorno da Arena Allianz Parque, há *shows* praticamente toda a semana, durante o ano inteiro, muitas vezes de longa duração. As nossas casas trepidam, balançam. Já chamamos a Defesa Civil, porque a gente sentiu tremores e a gente precisa discutir sobre isso.

Então, quando a gente fala da Secretaria das Subprefeituras e da SMUL, há um conflito entre quem autoriza e quem fiscaliza. Já houve, por exemplo, na Arena Allianz Parque,

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 53 DE 68

o fechamento administrativo. Houve uma situação que aconteceu ano passado – e que deve acontecer neste ano: a gente pediu para não realizarem um evento, o Contru indeferiu o pedido de alvará de evento; no Comunique-se era pedida a anuência do Ministério Público e dos moradores, que não foi obtida, e mesmo assim o evento foi realizado.

A gente precisa falar sobre isso, sobre como se dá a fiscalização dentro da Prefeitura, dentro dos órgãos públicos que autorizam. Então, não se trata só da fiscalização daquele que está fazendo o ruído, mas dos problemas internos na Prefeitura. Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – Obrigada. Próximo inscrito, Valter.

O SR. VALTER – Boa noite. Sou arquiteto urbanista há 61 anos e continuo trabalhando. (Palmas) Inicialmente, quero agradecer à Cris por esse movimento simplesmente espetacular.

Quero expor um ponto talvez que deva ser lembrado por todos. Sabemos que a cidade de São Paulo está dividida em 33 zonas.

– Orador passa a se referir a imagens na exibidas na tela de projeção.

O SR. VALTER – O “Quadro 4B – Parâmetros de Incomodidade por Zona – Lei 16.402” estabelece, para cada zona, o limite de decibéis de manhã, de tarde e de noite. Esse é o máximo que deve ser respeitado e que é até hoje totalmente desrespeitado.

Estou participando do Conseg Morumbi desde 2019, fazendo todas as minhas demandas, todas iguais, contra o barulho excessivo no bairro onde moro, que é uma ZER 1. Por essa tabela, o limite deveria ser 50 de decibéis, 45 e 40 durante a madrugada. É normal hoje esse desaforo de não obediência a essa lei. Isso é lei que deve ser respeitada. Eu não sei se os senhores têm conhecimento dessa tabela. É só seguir o que ela manda, corrigida de acordo com o que for com mais conveniente para todo mundo.

Eu só quero finalizar transmitindo aos senhores uma gravação feita dentro da minha casa, no dia 1º de novembro, às 16h, dia de *show* no Estádio do Morumbi, que se iniciara às 21h30, cujo ruído chegava simplesmente a 80 decibéis.

– Orador exhibe celular e reproduz vídeo referente à denúncia.

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 54 DE 68

O SR. VALTER – Chegamos a, no mínimo, 80 decibéis, simplesmente. Por favor, Poder Público, Conseg, quem for responsável: respeitem a lei pelo menos. Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – Obrigada, Sr. Valter. Próximo inscrito, Sr. Rodrigo Dário.

O SR. RODRIGO DÁRIO – Bom, primeiramente boa noite a todos. Obrigado à Vereadora Cris Monteiro por ter dado esta oportunidade de virmos falar aqui e a todos os presentes, que fazem parte de tudo isso.

Sou morador do bairro Santa Cecília, e o que venho relatar diz respeito não só ao bairro de Santa Cecília, mas à Vila Buarque, à Barra Funda e Campos Elíseos. Estamos sofrendo muito com problemas de bares e botecos em todos os sentidos. Parte das ruas são tomadas por mesas e cadeiras, que também é um agravante enorme, e tudo isso gera barulho e perturbação de sossego.

Não me lembro do nome do senhor que está lá na ponta, escrevendo, mas eu soube por ele de uma informação veiculada pelo Instagram em 1º abril do ano passado, sobre a Subprefeitura da Sé, que vou reproduzir rapidamente: “para reforçar o trabalho de combate à poluição sonora, a capital terá mais 175 agentes de fiscalização, com mais os 325, totalizando 500 de 32 subprefeituras.” Então, se você fizer uma divisão de 325 pelas 32 subprefeituras, daria 10 em cada uma; sendo 500, daria 15 fiscais para cada. Pergunto: onde estão trabalhando esses agentes, fazendo o dever deles? (Palmas) Fica a pergunta. Está documentado.

Agora vem a parte do Termo de Permissão de Uso.

– Orador exhibe documento para a plateia.

O SR. RODRIGO DÁRIO – Eu tenho este documento, que um morador da Barra Funda me forneceu. Eu vou ler a parte que diz respeito à bagunça promovida por mesas, cadeiras e tudo mais.

“O exercício de atividade não deve bloquear, obstruir ou dificultar a entrada e a saída de pessoas, veículos ou acessos autorizados; o livre trânsito de pedestres, em especial o de

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 55 DE 68

peessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nem impedir ou prejudicar a visibilidade dos motoristas nas confluências das vias públicas, devendo manter limpos e conservados os passeios públicos utilizados.”

O que acontece? Eu também sou bombardeado. Eu tenho do lado da minha casa um prédio, uma escola e os bares. E é assim, gente: esse problema começou principalmente – e acho que todos vão concordar – depois da pandemia. Isso virou uma explosão.

Outra coisa, e acho que muita gente vai concordar comigo: a cidade continua e sempre foi construída de modo desestruturado. Inúmeras obras de edifícios estão acontecendo no pós-pandemia, o que acarreta problemas acústicos graves. E como disseram outras pessoas aqui, todo esse problema está ocorrendo por causa disto, de não se ter um planejamento. A palavra-chave é planejamento em todos os sentidos.

Se não houver planejamento, nada vai para frente. E esse problema, pessoal, desculpem, mas para mim está em primeiro lugar. É um câncer que nós estamos enfrentando, é um câncer, um câncer mesmo. Era isso. Muito obrigado e uma boa noite. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – Obrigada. Próximo inscrito, Guilherme Galindo.

O SR. GUILHERME GALINDO – Boa noite a todos. Agradeço à Vereadora Cris Monteiro pela audiência. Meu nome é Guilherme, sou doutorando pela USP e morador do distrito de Santo Amaro. Também moro em uma ZER 1, sou vizinho de uma área de proteção ambiental e, por acaso, também sou vizinho de um Clube Hípico, que, de uns tempos para cá, resolveu que uma forma de realizar caixa é alugando seu espaço para festas de casamento. Tudo bem, pode-se fazer o que quiser desde que se cumpra a lei.

Não vou entrar no mérito musical das festas de casamento que ocorrem no local, mas hoje em dia os casamentos têm um verdadeiro sistema de som de festival, como, por exemplo, o Line Array. Para quem não conhece, o Line Array é um sistema de som feito para pessoas que estão em área aberta para todo mundo escutar o som. Vamos pensar num exemplo: uma bala de 22 tem uma energia, um alcance e empurra o ar de um determinado modo. Já uma

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 56 DE 68

bala de fuzil tem outra energia, outro alcance. O sistema Line Array seria como a bala de fuzil. E como sou vizinho do Clube Hípico de Santo Amaro, em uma ZER 1, ao lado de uma área de proteção ambiental, em tese não deveria acontecer nada ali. Porém, acontece, e tem gente que põe Line Array. Aí, depois da meia-noite, ninguém é de ninguém, *tchum tchá, tchum, tchum, tchá tchum, tchum tchá*, é só essa maravilha de som a noite toda.

E aí poderiam falar: “Por que você está reclamando? É só de vez em quando que tem casamento”. Vamos lá. Mês de agosto: três finais de semana com casamento. Setembro: três. Outubro: dois. Novembro: por enquanto um. Inclusive teve até um alvará, de um processo que foi deferido, que vou ler: “Data do evento: período contínuo do dia 20/09/25, das 14h30 às 23h59, e dia 21/09, da meia-noite às 4h”. Espera aí: como é que você autoriza fazer uma festança numa ZER 1 ao lado de uma área de proteção ambiental, liberando o som até as 4h? Não sei como, mas, de maneira sistemática, eles estão conseguindo esse alvará.

Essa é a minha experiência e a de todos aqui. O Conseg de Santo Amaro nos ajudou bastante, com certeza, mas acho que a ordem tinha que vir de cima. PSIU e polícia são chamados por perturbação do sossego, mas nada fazem.

É isso. Venho compartilhar minha indignação e dizer que a gente precisa ter, imagino, mecanismos legais que venham lá de cima. E também precisamos até estudar o tipo de licença para cada tipo de equipamento de som que um estabelecimento pode ter. Hoje em dia – e isto é algo que eu não ouvi ninguém falando aqui –, se você pega essas caixas de som de 10 polegadas da Mackie, elas são completamente diferentes do gradiente que você comprava no Mappin 30 anos atrás. E com o Line Array, que tem em toda festa de aniversário, ferrou, todo mundo escuta.

Era isso. Obrigado, gente. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – Obrigada. Próximo inscrito, Pedro ou Fábio.

(Pausa)

O SR. FÁBIO CABRAL – Meu nome é Fábio, represento a Associação Viva Pacaembu. Primeiramente, gostaria de saudar e agradecer à Vereadora Cris Monteiro pela iniciativa e os demais legisladores que aprovaram a audiência e que nos recebem nesta ocasião,

e também pela oportunidade de nos dirigirmos como membros da Frente Cidadã pela Despoluição Sonora.

O Complexo do Estádio do Pacaembu, que se encontra no centro do bairro, como todos sabem, foi um terreno doado pela loteadora ao município, destinado à prática desportiva e cultural, cujo gramado natural, com o passar dos anos, tornou-se icônico. Como todos sabem, por lá desfilaram os maiores ídolos e torcidas do esporte mais popular do planeta, eternizados nos momentos de glória.

Os jogos de futebol sempre foram pujantes e bem-vindos pela vizinhança residencial. O equipamento público municipal tinha atividade intensa, e, com dois jogos por semana em média, nunca foi deficitário. Mas, como se diz popularmente, o papel aceita tudo, e a Prefeitura, propositadamente – e não me refiro apenas a esta gestão –, desinflava os números, desviava receitas geradas pelo estádio e, aos poucos, sucateava o bem público com o intuito de justificar sua concessão, o que ocorreu em 2020 para a gestão privada.

Desde o início das obras de reforma, que transcenderam as madrugadas, escavaram-se milhares de hectares de terra, rebaixaram o lençol freático em fundo de vale, desviaram o curso do Córrego Pacaembu, assim como cimentaram inúmeras nascentes e minas d'água, alteraram a geologia dos solos, demoliram todo o estádio, à exceção da arquibancada, que se encontra no Museu do Futebol.

No lugar do popular tobogã estão construindo um prédio de mais de 44.000 m². Ao todo, transformaram o Complexo Paulo Machado de Carvalho, Pacaembu, em dez espaços para eventos, considerando a utilização do histórico gramado, que hoje é sintético.

Para quê? Para, de forma recorrente, produzir emissões sonoras incompatíveis com o uso residencial do entorno, diariamente. Os incômodos acontecem em qualquer dia da semana, gravemente, período noturno, somados às montagens e desmontagens de todos os eventos, de todas as dimensões e naturezas diversas, nos dez espaços locados a quem tiver dinheiro para arcar.

Além dos ruídos provenientes dos grandes *shows* em si, o das passagens de som

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 61

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 58 DE 68

que acontecem de surpresa. Caso vocês não saibam, não existe alvará para passagem de sons, acontecem do nada, você não sabe a hora, você não consegue nem se programar. Frequentemente, coincide com outros eventos de grande porte autorizados, na Praça Charles Miller, espaço administrado pela Prefeitura, que é defronte à entrada principal.

Na prática, a população da Cidade inteira é submetida a um rodízio de poluição sonora. É o que a gente está vivendo. O resultado é a completa monopolização dos dois espaços públicos municipais para usos privados e onerosos, impossibilitando 155.000 cidadãos dos distritos de Perdizes e Consolação do convívio profícuo e salutar nos locais, que se tornam, na prática, inacessíveis aos moradores e usuários comuns, bem como servir a atividades tradicionais, como a feira livre, a visita ao Museu do Futebol, que por sua vez também são prejudicados.

Então ficam evidentes a ausência de estudos de impacto de vizinhança, a insuficiência de regulação do serviço prestado aos concessionados, bem como a falta de gestão democrática, a precária fiscalização dos órgãos competentes, a falta de diálogo com a associação local, sendo impostas condições com as quais não concordamos, contrariando o princípio da função social do território urbano e do direito ao sossego, garantidos pela legislação, tanto federal como estadual e municipal.

Esses exemplos são emblemáticos de como a ineficiência da gestão municipal e do concessionário desvinculam-se do interesse público, perpetuam danos à saúde e à qualidade de vida de milhares de cidadãos.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – Obrigada, Fábio.

A próxima é a Sandra Mara.

A SRA. SANDRA MARA – Boa noite a todos. Parabéns, Vereadora, por esse tema tão importante. Acho que mais vereadores deveriam seguir seu exemplo.

Vou pedir um pouquinho de paciência, porque eu não vou fazer um lamento, vou fazer uma denúncia e é uma denúncia grave. Eu sou moradora do Belenzinho e venho

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 62

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 59 DE 68

representando moradores do Belenzinho que sofrem muito com a Rua Nelson Cruz, porque ali nós temos a favela da Nelson Cruz; Comunidade Nelson Cruz, mas é conhecida como favela da Nelson Cruz.

Nós temos, ao redor dessa rua, dois importantes hospitais, importantíssimos, o Santa Virgínia e o Leonor Mendes. As pessoas sofrem absurdamente com os pancadões na Rua Nelson Cruz. Eles contratam paredões de som para colocar na rua, entendeu? Então as pessoas sofrem dentro dos hospitais. Fora dos hospitais, nós temos 15 mil moradores ao redor dessa rua, 15 mil.

E eu venho representando moradores idosos, eu venho representando pais de crianças que têm TEA. E ninguém fala nada. São pessoas que não podem estar aqui, e eu venho representando essas pessoas. A minha vizinha, que tem artrite reumatoide, se prejudica com o estresse causado pelo barulho da Nelson Cruz. Ela pediu pelo amor de Deus para eu falar em nome dela.

Eu tenho trabalhado há muitos anos, há seis anos eu tenho trabalhado com o Conseg. Eu estava desenvolvendo um trabalho com o Sr. Norberto e a gente estava minimizando esse problema, porque eu comecei a cobrar o Sr. Norberto e o Conseg, porque eu percebi que o problema caía sempre nas costas da PM, que a PM que tinha que resolver. Não. Eu comecei a cobrar. A subprefeitura tem que participar ativamente, a GCM tem que participar ativamente. Nós precisamos de um conjunto público para resolver o problema. (Palmas)

Eu fiz uma lista para não me estender muito, mas é necessário falar.

– Manifestação fora do microfone.

A SRA. SANDRA MARA – Então, essa é a segunda questão que eu vou falar.

Nós temos três adegas na Nelson Cruz que não têm alvará. Já foram emparedadas na época do Conseg, do Sr. Norberto, e a gente ia continuar o trabalho, mas foi interrompido. Agora, com a retirada da Favela do Moinho, a Favela Nelson Cruz aumentou o tráfico. Não sou eu que estou dizendo isso, todo mundo sabe, os 15 mil moradores que estão de frente para a rua sabem disso. Então agora eles têm uma pessoa...

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 60 DE 68

Eu vou pedir só um minutinho a mais, porque eu tenho ainda uma fala da conselheira Tatiana Malheiros...

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – Sandra Mara, vou fazer o seguinte, porque, se eu te der mais um minuto, eu não dei para os outros, então se você puder...

A SRA. SANDRA MARA – Eu queria pedir para a plateia, assim, democraticamente: eu poderia só um minutinho, por favor?

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – Continua, por gentileza.

A SRA. SANDRA MARA – Desculpa, Vereadora.

Então tem essas adegas, que não acontece nada com elas, e agora o tráfico que aumentou com a retirada da Favela do Moinho. Nós temos, 24 horas, duas pessoas gritando “suave”, “suave”, “suave”, para avisar que está suave, que a polícia vai passar direto, que está suave que o bombeiro vai passar direto, que é bombeiro, que está suave, que é a ambulância. Basta ver um giroflex e ele grita “suave”. E isso é noite e dia.

Nós temos três bares na Celso Garcia com a esquina da Nelson Cruz, que colocam música alta o dia inteiro, com essas caixas que o senhor mencionou, o dia inteiro. Então esse pedaço da Nelson Cruz é um tormento para esses 15 mil moradores, 24 horas por dia. Nós não estamos falando de bares que podem ser autuados. Aí o que a gente escuta é o quê? É difícil. Não. A gente quer escutar o quê? É difícil, mas o que você vai fazer para facilitar a nossa vida? O que você, autoridade, poder público, vai fazer para melhorar a nossa vida, para facilitar a nossa vida? Então eu estou aqui pedindo a efetividade no serviço público. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – Sandra, já te dei dois minutos a mais. Obrigada.

Jair Oliveira.

O SR. JAIR OLIVEIRA – Boa noite. Meu nome é Jair. Eu moro em região periférica, como o nosso amigo ali, e acredito que, além de mim, apenas ele. E talvez isso se reflita por uma questão até de medo que a população sofre nesses lugares. Como ele bem salientou, às vezes os comércios nesses locais não têm alvará, licença, nenhum tipo de permissão, inclusive

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 61 DE 68

para uso de calçada e, efetivamente, barulho, com o que eu convivo acredito que desde quando nasci.

Então, quando você tem coragem, a partir de todo o sofrimento de todos os anos, de denunciar e chamar as diversas autoridades públicas... Inclusive desculpa por não agradecer a presença de todo mundo e tudo mais. Mas quando você ousa apenas ser um cidadão, o que você aprende na escola estadual e tudo mais, você recebe ameaça de morte, como eu sofri terça-feira passada, através da minha mãe idosa. Então eu queria deixar registrado para as câmeras que é uma coisa desgastante mesmo.

Então é só isso. Agradeço a presença de todos. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – Obrigada.

A próxima é a Regina.

A SRA. REGINA – Boa noite a todas e todos os senhores.

Eu moro no bairro da Vila Buarque, Santa Cecília, está tudo ali. Eu não aguento um barulho, dois, três, quatro; são cinco ou seis, começando pela Santa Casa de Misericórdia, que tem uma turbina no primeiro andar. Eu ainda não falei desse assunto, mas eu vou falar. É a noite inteira. De dia não incomoda, mas à noite incomoda muito. Aí tem os cachorros que latem e os moradores de rua. Cada dia é um diferente que passa lá gritando, surtando, e aí não dá. Aí tem também três... Acho que ninguém falou dos lava-rápidos, com aquela máquina que é uma turbina. É um barulho horrível o dia inteiro na cabeça da gente. Eu venho sofrendo com esse barulho há dez anos. É um enxuga gelo, para dois dias, fica um mês, aí depois reclamo de novo, e assim vai, dez anos, não tem solução o problema.

E os botecos. Eram dois botecos na frente da minha casa. Agora fecharam um, veio um decente lá que está dando certo. E as chamadas para Prefeitura, várias, várias, várias. E chamados para os policiais também, 190.

Agora os policiais que vão me perdoar, mas eu fui ameaçada de morte porque o policial, mau policial que vai lá, ele fala: “É a fulana ali que está ligando sem parar”. Aí o cara foi enlouquecido na frente do meu prato e falou: “Eu ainda acabo com a tua vida”. Recebi uma

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 65

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 62 DE 68

ameaça de morte, porque o mau policial foi lá e me delatou, não só para o boteco, mas para o para o lava-rápido também, que também foi lá, só não me ameaçou, mas... Não tem cabimento um negócio desse, gente.

E o Carnaval? No Carnaval, nós temos que sair das nossas próprias casas, ali perto da Santa Casa. É uma Santa Casa, não podia ter um som assim estrondoso. E aquele carro alegórico com um casal fazendo aquilo que vocês sabem no meio da rua. É um absurdo! Como é que a Prefeitura, os órgãos permitem o negócio desses? Tem crianças, tem eu, tem fulana, tem sicrana. O caso...

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – Obrigada, Regina.

A SRA. REGINA – Já deu?

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – Já deu.

A SRA. REGINA – Obrigada, gente.

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – O próximo é o Carlos.

O SR. CARLOS – Tem um filme que eu vi, acho que uns 50 e tantos anos atrás, do Ingmar Bergman, *O Ovo da Serpente*. São os nazistas fazendo experiência com um casalzinho que vai trabalhar, de noite chega em casa, e ali eles colocam uns sons, infrassons; no final, os dois se matam um ao outro. E é o que acontece com a gente.

Concretamente, eu estou há 40 anos na Rua Barão de Itapetininga esquina com a Dom José de Barros. E a gente teve muito problema com camelôs durante umas duas décadas. E junto com os camelôs vêm aqueles caras que tocam aquelas músicas nordestinas, vem todo tipo de músico, e é o dia todo, desde às 9h. Agora parou um pouquinho. Por incrível que pareça, a gente conseguiu algumas conquistas. Mas eu tenho três casos de morte na Rua Barão de Itapetininga por causa dessa intensa elevação da pressão arterial, do nervosismo. E são três zeladores que morreram. Na época, eu não tinha como fazer uma constatação da causa e efeito, mas um no número 262 da Barão de Itapetininga, num prédio onde era a Vienense, todo mundo conhece. O outro tinha uns 60 anos. O outro é o Francisco, no número 221 da Barão de Itapetininga, onde era o Banco Safra. E outro no número 232.

Esse aí do 221, a gente tinha... Na Dom José estava terrível, o barulho, e foi a madrugada toda. Eu lembro, eu não moro lá, mas eu passo de madrugada, que eu vou fazer compras. E ele foi a madrugada toda. Quando ele acordou, 5h, 5h30, se barbeou, teve um ataque cardíaco fulminante. O outro era um senhor também de uns 65 anos. Tudo por causa do barulho.

E eu vejo aqui no rosto de todo mundo, dá para ver claramente, o sofrimento. Tem um nome, esse tipo de sofrimento. Bem, mas o que eu queria concluir é que, Vereadora Cris, obrigado, Marcelo Sando, nova liderança, nós temos que... Acho que o Prefeito não manda na Cidade. Quem manda na Cidade, logicamente, são as forças econômicas. Minhas recomendações ao Fabrício Cobra. Tomara que você mande... O sofrimento aqui das pessoas é uma coisa terrível mesmo. (Palmas) Mas o Prefeito não manda. Eu vejo muita coisa acontecendo, obras inclusive, não foi o Prefeito que mandou.

Bom, concluindo, Cris e Marcelo Sando, eu acho que nós temos gente... O barulho afeta a esquerda e a direita, não tem ideologia, é muito democrático. Então, Cris e Marcelo Sando, vamos continuar organizando, vamos conversar aqui com todos os Vereadores. Não é possível que eles não se sensibilizem.

Minha solidariedade a todos vocês. Eu sei como vocês sofrem. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – Obrigada.

O próximo e último é o João Moreirão.

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Eu vou falar rápido, até porque... Primeiro cumprimentar a Vereadora pela iniciativa, e as autoridades que vieram.

Mas o que se verifica aqui é o seguinte: é claro que as leis precisam ser aprimoradas, sim, até porque elas foram feitas com um grau de conhecimento científico inferior ao atual, é verdade. Mas o nosso problema não é falta de leis. O nosso problema é a falta de cumprimento das leis por parte das autoridades públicas. (Palmas)

Vejam bem, nós temos um grave problema de ruído. Tem dois níveis, digamos, principais: os bares, de que todo mundo se queixou aqui, os barzinhos que não deixam ninguém dormir, e os grandes eventos. Ora, barzinho não tem licença, por que é que eu vou na

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 67

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 64 DE 68

subprefeitura, e estou falando de casos específicos e concretos, e o subprefeito me diz que tem que mandar PSM, a sub, para mandar o PSIU lá? O cara não tem licença para fazer a atividade, é ilegal. Eu não quero medir o grau de ilegalidade! Ele é ilegal no que está fazendo! (Palmas) Acabou, tem que fechar e acabou.

Parece que tudo nesta cidade, a Prefeitura, quando se trata de proteger o cidadão, precisa medir o grau de problema, como se a discussão fosse até quantos gramas de maconha é porte, a partir de quantos gramas é tráfico. É a mesma discussão. (Palmas)

Então a Prefeitura, objetivamente, não cumpre o dever. Por quê? Porque só tem preguiçoso? Não. Porque para ter o grande crime precisa de uma cultura imensa de pequeno crime. E a Prefeitura pratica crime ambiental com os eventos que promove, megaeventos. (Palmas) Então a gente está pedindo para o chefe do crime fiscalizar o pequeno criminoso, porque é crime ambiental. A palavra é “crime” ambiental. Esse é o problema.

O Anhangabaú, entendeu? O estímulo ao Anhembi, que agora está sob controle, porque a gente conseguiu um TAC. Não toma nenhuma providência em relação ao Campo de Marte, que tirou o Aeroclube para fazer espetáculos! É uma desgraça!

Dá alvarás, e os alvarás têm uma coisa engraçada. Sabe o que é? O alvará está sempre no limite máximo legal de decibéis. A Prefeitura não dá alvará ilegal, só não vai lá fiscalizar! (Palmas) Entendeu? Não dá a bola para fiscalizar. E ninguém cumpre, porque o limite máximo decibéis para fazer música eletrônica, pancadão, a partir das 11h ou da meia-noite, é evidente que não vai ficar em 40 ou 45 decibéis, está certo? Só o público lá, o pessoal se reencontrando, já dá mais que isso, entendeu? Essa é que é a realidade.

Então, o nosso problema, Sra. Vereadora, esta Casa deve fiscalizar o Poder Executivo. O nosso problema é que a autoridade, o Executivo, não cumpre. Quer ver um exemplo? Ele falou do Bom Retiro, está certo? Ele e eu, que moro na Casa Verde, pertinho da Ponte do Limão, sofremos durante a noite com o mesmo poluidor. Sabem quem? Show no Canindé. Olha a distância. São umas paredes imensas do lado externo, aqueles paredões de caixa de som. E, para encerrar, não o deixam dormir no Bom Retiro, a mim na Casa Verde e o

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 65 DE 68

pessoal em Santana. E a Prefeitura faz o quê? (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – Obrigada. Obrigada, muito obrigada.

Eu tive a informação de que tem alguém *on-line* que estava querendo também se colocar. Tem alguém *on-line*? É o Alexandre. Oi, Alexandre, você quer se colocar? Você tem três minutos.

O SR. ALEXANDRE – Sim, Sra. Vereadora. Boa noite para a senhora. Marcelo, um abraço, meu camarada. Já votamos juntos nessa luta, em relação ao PSIU também...

O que acontece? A fiscalização de posturas hoje, em São Paulo, está mais de 50% defasada do que deveria ter em lei. O certo seria 1201 fiscais na cidade de São Paulo. Hoje, a gente deve ter em torno de 500. Está em trâmite de aprovação na JOF – Junta Orçamentário-Financeira a nomeação de mais 124 fiscais, mas ainda estamos muito abaixo do que a cidade deveria ter.

É lógico que deveria ter uma legislação que estipulasse um mínimo de 80%, 85% da fiscalização, mas não tem isso.

Foram mais de 20 anos sem concurso. A fiscalização de São Paulo ficou mais de 20 anos sem concurso e com muita briga. Para os presentes terem ideia, há em torno de duas ou três ações no Ministério Público para que essas nomeações, inclusive essas últimas 124, aconteçam. Se não tivesse uma pressão do Ministério Público e de alguns vereadores, talvez esses 124 também não seriam nomeados.

Do último concurso que teve, em 2023, foram nomeados 251 fiscais. Desses 251, em torno de 50 acabaram não tomando posse e a Prefeitura vem só repondo, não chamou mais ninguém. Agora que ela resolveu chamar esses 124. São Paulo é muito grande, são mais de 1.521 quilômetros quadrados. Então, muitas adegas, muitas tabacarias...

O que acontece também? O PSIU tem menos de 50 fiscais, deve ter hoje em torno de 30 fiscais. Então, realmente fica difícil fiscalizar com uma quantidade tão ínfima de fiscais.

Eu fiz uma pesquisa e a Junta Comercial ela apontou que existem mais de 3 milhões de adegas em São Paulo. Para a Prefeitura, são em torno de 1 milhão de adegas. Ou seja, tem

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 66 DE 68

muitas adegas e tabacarias que funcionam em São Paulo, mas que não têm seus registros na Prefeitura. Mas por que elas não têm seu registro? Porque, às vezes, não tem o fiscal lá para cobrar, como o senhor acabou de falar. Muitos, às vezes, estão funcionando até de forma ilegal, mas falta fiscalização.

Queria mandar um abraço para o Marcelo. Ele sabe é o quanto nós somos solidários a essa luta dele. Sempre que a gente pode, estamos contribuindo.

Minha participação era essa.

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – Muito obrigada, Alexandre. Obrigada mesmo. Está todo mundo aqui batendo palmas para você.

Nós tínhamos outros oradores inscritos pelo *site*, mas fui informada que não estão mais. É a Jaqueline Moraes, o Rafael Carlos, o Rodolfo, o Alex, a Úrsula Andrade Yoshida e a Maria José de Freitas.

Bom, a gente chegou ao fim da nossa audiência pública. Quero mais uma vez agradecer a todos e a todas. Passamos das 21h. É muito importante nós termos podido ouvir a todas as pessoas que se inscreveram.

Ao longo da audiência, fiz inúmeras anotações e várias coisas me vem à cabeça. Primeiro, obviamente, a quantidade de depoimentos tão emocionantes, tão difíceis de serem ouvidos e serem escutados. É, de fato, um sofrimento real da população da cidade que está sendo perturbada com a incomodidade. Então, basta ter ficado aqui por essas mais de duas horas que nós estivemos aqui para perceber que o problema existe, ele é real.

Outra coisa que também me chamou a atenção e que já foi dito, nós temos leis para proibir o que está acontecendo. As leis não estão sendo cumpridas pelo cidadão, pelas pessoas que estão fazendo esse barulho, essas incomodidades. E também, por outro lado, a Prefeitura não vem cumprindo com o seu papel de fiscalizar.

A gente tem aqui representantes de Secretarias: a Secretaria de Saúde, a Secretaria de Cultura, de Urbanismo, das Subprefeituras, a Secretaria de Segurança. Eu gostaria de pedir encarecidamente que os senhores que estavam representando as Secretarias levem aos seus

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 70

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 67 DE 68

Secretários o que os senhores ouviram aqui hoje à noite. É de fundamental importância que os Secretários, que, por várias razões, não puderam estar presentes, saibam. Eu vou me reunir com eles e vou levar a eles e ao Prefeito o que eu escutei aqui. É muito importante que isso chegue a eles, o que não quer dizer que eles não saibam... não é preciso uma audiência pública para que a Prefeitura e os Secretários saibam o que está acontecendo na cidade. Eu vi várias vezes aqui o 156, a polícia, o Ministério Público, reuniões com os Secretários, com os Subprefeitos, com os Conseqs. É óbvio que a Prefeitura sabe do problema da incomodidade. O que a gente precisa é entender onde está o problema para que isso não seja resolvido. Ou que, pelo menos, uma satisfação de volta para a sociedade seja dada.

É óbvio que a gente quer uma cidade pujante, a gente quer uma cidade com criatividade, a gente quer uma cidade que tenha diversão, a gente quer uma cidade com opções. Mas, como eu disse na entrevista antes de começar, que a cidade seja para todos, não só para aqueles que querem se divertir. Eu também quero me divertir. A minha diversão é de um jeito, a sua diversão é de outro. A gente é uma cidade tão grande, tão pujante que a gente tem que ser capaz de dar diversão para todos, mas para aqueles que querem ler o livro, para aqueles que querem dormir, para que eles querem ficar em casa vendo TV, para aqueles que não querem fazer nada, a cidade também tem que ser para eles, porque todos somos pagadores de impostos. O IPTU vai chegar... aliás, também votei contra o aumento do IPTU. O IPTU vai chegar em janeiro e nós vamos ter que pagar, a despeito do helicóptero, a despeito dos cachorros, a despeito dos bares, das adegas, do Carnaval. Ou seja, a gente precisa continuar elevando essa discussão.

Quero mais uma vez agradecer. O Marcelo vai fazer um pedido para vocês aqui. Eu desejo uma boa noite.

Vou levar o que eu escutei adiante. Infelizmente não consigo... se eu pudesse... o meu coração fica apertado de ouvir vocês, de fato fica. Eu sei do sofrimento que vocês estão vivendo. É muito emocionante escutar tantas coisas. O filho do Daniel, a Maria e tantos outros... se eu pudesse, eu resolveria o problema de vocês. Infelizmente, não sou capaz de, sozinha,

REUNIÃO: 21513 DATA: 10/11/2025 FL: 68 DE 68

fazê-lo. Mas quero insistir que vocês contem comigo, que eu sou a voz que vai levar isso adiante na medida do possível para que a gente consiga uma resolução o mais rápido possível. Está bom? Muito obrigada.

O SR. MARCELO SANDO – A poluição sonora é uma questão de saúde pública e acho que a solução passa, principalmente, por um poder que nós não estamos considerando, que é o poder da sociedade civil organizada.

A Frente Cidadã pela Despoluição Sonora tem apenas quatro meses de existência. Nós conseguimos juntar um grande grupo de movimentos de moradores. Nós estamos conseguindo avançar essa discussão negociando com o Executivo, articulando com o Poder Legislativo, acionando o Poder Judiciário.

Queria convidar todas as pessoas aqui para, por favor, entrarem no site despoluicaosonora.org, acessarem o Instagram e seguirem a página “Despoluição sonora” e acompanharem os próximos movimentos da Frente Cidadã.

Nós teremos o primeiro encontro brasileiro pela despoluição sonora, que vai acontecer agora no dia 1º de dezembro, na Fundação Getúlio Vargas, com a presença do MP, da OAB, de vários Vereadores que têm nos apoiado, Deputados também.

Nós estamos caminhando para uma solução. Por favor, façam parte disso. A sociedade civil tem poder, tem potência quando está junta.

Muito obrigado. Boa noite.

A SRA. PRESIDENTE (Cris Monteiro) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública. Obrigada e boa noite a todos e a todas.